

MULHERES NA POLÍTICA:
NEM ELE, NEM OS
PROJETOS DELE

MULHERES NO CAMPO:
SAÚDE DA TERRA
AO PRATO

DIVERSIDADE:
MAIS EMPREGOS
E EMPATIA

ANO 20 • VOL. 1
N. 20 • EDIÇÃO 2022

Mátria

PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE

ELZA SOARES

Diva negra e feminista,
viveu muitas vidas
numa só



Mátria

ANO 20 • VOL. 1 • N. 20 • EDIÇÃO 2022



CAPA Bruno Soares

COORDENAÇÃO DA REVISTA MÁTRIA Berenice D'arc

(Secretária de Relações de Gênero da CNTE)

REDAÇÃO E EDIÇÃO Frisson Comunicação

DIREÇÃO EXECUTIVA Ana Paula Messeder

JORNALISTA RESPONSÁVEL Katia Maia (Mtb: DF 1708 JP)

EDIÇÃO Beto Cordeiro

REVISÃO Beto Cordeiro

REPORTAGEM Amanda Vieira, Graciela Caino Fell, Katia

Maia, Paulo Mesquita, Priscila Ferreira, Sarah Bichara

FOTOGRAFIA Arquivo Mátria

ILUSTRAÇÕES Bruno Soares

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Bruno Soares

IMPRESSÃO Gráfica Positiva

TIRAGEM 10 mil exemplares



SRTVS, Q. 701, Conjunto D, N° 100, Bloco B, Salas 404 e 406

Centro Empresarial Brasília, Brasília-DF, CEP: 70340-907

Fone: (61) 3964-8104 | www.frisson.com.br | atendimento@frisson.com.br

MÁTRIA: a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – ano 19 (mar. 2021/mar. 2022 – Brasília: CNTE, 2003-Atual
ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42
CDU 396(05)

Biblioteca: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817



SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106

CEP: 70393-902 » Brasília-DF, Brasil.

Tel.: + 55 (61) 3225.1003

www.cnte.org.br » cnate@cnate.org.br

ACOMPANHE A CNTE NAS REDES SOCIAIS



/CNTEBRASIL



/CNTE_OFICIAL



/CNTEBRASIL



/CNTEBRASIL

Confira também a versão eletrônica no site: www.revistamatria.com.br

A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.

1

EDITORIAL

CNTE

A Voz do
Feminino Plural



30

ENCARTE TEÓRICO

ANDRESSA PELLANDA,
HELENA RODRIGUES
E VANESSA PIPINIS

NÃO É UMA CRISE, É UM PROJETO:
OS EFEITOS DAS REFORMAS DO
ESTADO ENTRE 2016 E 2021 NA
EDUCAÇÃO



REPORTAGENS

MULHERES NA POLÍTICA

REPRESENTATIVIDADE FEMININA E PROGRESSISTA NA POLÍTICA 02

VIOLÊNCIA

VIOLÊNCIA ENTRE QUATRO PAREDES 10

PANDEMIA

ÓRFÃOS DA COVID-19 PODEM TER DANOS PSICOLÓGICOS
E ECONÔMICOS 16

ENTREVISTA

MULHERES NA CIÊNCIA 18

HOMENAGEM

DO PLANETA FOME AO FIM DO MUNDO 22

MULHERES NO TRABALHO

AUMENTO DA UBERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FRAGILIZA DOCENTES 26

MULHERES NO CAMPO

AGROTÓXICOS COLOCAM EM RISCO
A SAÚDE DAS MULHERES NO CAMPO 38

MULHERES INDÍGENAS

MULHERES INDÍGENAS SE ORGANIZAM CONTRA
OS ATAQUES ÀS SUAS TERRAS 44

IGUALDADE

COMBATE À DESIGUALDADE RACIAL É DECISIVO
NA REDUÇÃO DA POBREZA 48

DIVERSIDADE

TRANSEMPREGOS: MUDANDO A VIDA E
A PERSPECTIVA DE PESSOAS TRANS E EMPRESAS 54

58

GIRO

59

INTERAGINDO

60

SUGESTÃO DE ATIVIDADES

ARTICULISTAS



8

MARIA REGINA
PAIVA DUARTE
Tributar os
super-ricos para
um país melhor



14

ELOISA CASTRO
BERRO E MANUELA
NICODEMOS
Violência contra as
mulheres: um olhar sobre
os números e a vida



52

KARIN CRISTINA
DA SILVA
Mulheres gamers e a
jornada para criar o seu
próprio espaço

A Voz do Feminino Plural

Corajosa, destemida, justa, atuante, guerreira, aguerrida, militante, lutadora, sensível e verdadeira. Esses são alguns dos muitos adjetivos que vêm descrevendo o posicionamento da *Mátria* ao longo desses 20 anos de existência. Mas, mais do que isso, também foram esses os mesmos adjetivos que marcaram a postura da cantora, compositora e, acima de tudo, mulher, Elza Soares por toda a sua vida. E quis o destino, sabe-se lá por que capricho, que fosse ela a homenageada dessa edição comemorativa da revista que, há duas décadas, também solta a voz em defesa do feminino plural.

Essa vigésima edição de *Mátria* também fala de política, da atuação das nossas representantes no Congresso Nacional e da nossa representatividade nas eleições que se aproximam, cobrando uma participação ainda maior das mulheres para os postos no executivo e legislativo federal, estadual e distrital, para diminuir a desigualdade entre os gêneros e para trazer mais qualidade ao debate. E por falar em desigualdade, a revista também sai em defesa da Lei das Cotas, cuja reavaliação está no centro das discussões este ano, e cuja importância é fundamental para a igualdade econômica e social no país.

Nas páginas de *Mátria*, você ainda vai encontrar uma entrevista exclusiva com a cientista Lorena Barberia, professora do departamento de Ciência Política da USP e membro do Observatório Covid-19 BR, que fala sobre a movimentação feminina na ciência e seu grande destaque no combate à pandemia. E o Coronavírus também é destaque na matéria sobre os órfãos da Covid-19, aquelas mais de 130 mil crianças e adolescentes que perderam a família para a doença, como a jovem Giovanna que, ao contar sua história à CPI da Covid, no Senado, fez chorar até o intérprete de LIBRAS, obrigando-o a parar para se recompor.

Mátria também sai em defesa da manutenção das demarcações de terras indígenas e denuncia a ação de grupos criminosos interessados em modificar a aplicação do Estatuto do Índio com a introdução do Marco Temporal. Além disso, você também vai conhecer uma iniciativa que mudou a vida de pessoas trans por meio de um portal de empregos que promove o encontro de trabalhadores trans com empresas sem preconceito. Ainda no quesito trabalhadores, uma matéria sobre o fenômeno da “uberização” alerta para os riscos desse tipo de contrato de trabalho, sem benefícios trabalhistas, no ensino remoto.

A violência contra mulher, infelizmente, ainda é um tema que frequenta nossas páginas. Um tema recorrente, desde a primeira edição, porque essa prática covarde ainda persiste, tendo se agravado no confinamento imposto pela pandemia, como pode ser visto na matéria “Violência entre quatro paredes”. Mas a luta corajosa das mulheres do campo contra a ameaça da aprovação de novos agrotóxicos pelo Congresso, também merece destaque em nossas reportagens. Todos esses assuntos, além de artigos inteligentes e instigantes, você vai encontrar nesta edição comemorativa dos 20 anos da Revista *Mátria*.

Boa leitura!

Diretoria Executiva da CNTE

Representatividade feminina e progressista na política



As eleições de 2022 podem ser a chance de uma renovação de quadros femininos e de projetos que melhorem a vida das mulheres

Mesmo sendo a maioria da população do país (51,5%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres ainda continuam sub-representadas na política. A Lei nº 12.034/2009, prevê uma cota mínima obrigatória de 30% de candidatas por partido ou coligação, mas o percentual feminino no Parlamento está muito longe disso. A última eleição trouxe uma representatividade de apenas 14,8% de mulheres para o Congresso Nacional.

Um estudo realizado pela União Interparlamentar, organização internacional responsável pela análise dos parlamentos mundiais, coloca o Brasil na 142ª posição, em um ranking de 190 países. “A representação é muito pequena. Mas que mulheres a gente quer que cheguem no poder?”, questiona a socióloga Masra de Abreu, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). “Hoje, temos muitas candidaturas conservadoras, alinhadas a uma lógica de reforço do patriarcado, e não dialogam sobre os direitos das mulheres”, avalia.

Para Masra, o atual parlamento vem produzindo um volume grande de projetos de lei, no campo da violência contra a mulher, que levam à desconfiguração da Lei Maria da Penha. “São centenas de proposições vendidas como proteção, mas é só aumento da punição de agressores”. No executivo, a socióloga denuncia: “Não há fiscalização com o que está sendo implementado. A execução orçamentária da pasta das mulheres é pífia. Existe uma desestruturação da rede de apoio às mulheres, às casas de apoio e centros de referência da mulher. O governo federal tem uma agenda moralista muito forte, e não executa medidas de combate à violência sexual de crianças, meninas e mulheres”, acusa.

Na opinião de Sônia Coelho, integrante da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e coordenadora da Marcha Mundial de Mulheres (MMM) no Brasil, o problema não está na representatividade, mas na qualidade das representantes no Parlamento. “A gente sempre faz discussão, no período eleitoral, defendendo a importância de votar em mulheres, mas não em todas. É preciso apoiar aquelas que tenham uma plataforma feminista, anticapitalista, antirracista”, destaca. “A gente vai ver quantas mulheres votaram a favor da reforma da previdência, por exemplo. Muitas mulheres. E a quem essa reforma prejudicou mais? Às mulheres”, conclui.

Inspiradas na campanha #EleNão de 2018, mulheres ocuparam a Avenida Paulista, em dezembro de 2021, para denunciar as “políticas genocidas” do governo e protestar contra a fome, a miséria e o machismo



Foto: Roberto Parizotti/CUT Brasil

Reforma da Previdência

A economista e técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Maria de Fátima Guerra, reforça que as mulheres sofreram muitas perdas com essa reforma (Emenda Constitucional 103/2019) aprovada no início do governo Bolsonaro. Ela explica que as condições em que o trabalhador se aposenta dependem da qualidade da inserção no mercado de trabalho ao longo da vida. “E as mulheres em geral têm uma trajetória pior do que a dos homens, estão mais inseridas na informalidade, recebem os salários menores, o desemprego delas é maior. Então, elas têm dificuldade de cumprir requisitos para se aposentar”, aponta.

Para a economista, a reforma da previdência dificultou o acesso à aposentadoria no geral, mas para a mulher o impacto é maior. “A reforma diminuiu o bônus que as mulheres tinham em relação aos

homens, devido às condições de trabalhos domésticos não remunerados, dentre outros fatores”, explica. “Eram cinco anos a menos para se aposentar, agora a diferença é de apenas três anos”, conclui.

Na avaliação da economista há uma perda muito significativa na pensão por morte, ponto pouco lembrado: “A reforma mudou tanto a regra de cálculo da pensão como da aposentadoria, que agora é de 60% da média de contribuição do trabalhador. A pensão por morte agora é uma cota de 60% do valor da aposentadoria mais 10% para cada dependente”.

Maria de Fátima Guerra também reforça que há regras mais restritas de acesso às pensões: “Quanto mais nova for a mulher beneficiária, quanto menos tempo de contribuição do cônjuge e menos tempo de casamento, menor vai ser o tempo que ela terá direito a essa pensão, que não é vitalícia”.

Reforma Administrativa

A Reforma Administrativa (PEC 32/2020), que tramita no Congresso Nacional, traz diversas ameaças, entre elas a perda da estabilidade, a ampliação das terceirizações e o enfraquecimento do papel do Estado. É uma proposta do governo que, se aprovada, também poderá trazer inúmeros prejuízos para as mulheres.

“Nós mulheres somos a maioria da população, somos a maioria da classe trabalhadora”, argumenta Rosilene Corrêa, secretária de finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). “O concurso público é um mecanismo que, para a mulher, tem um significado muito maior, porque é a nossa porta de acesso ao mercado de trabalho de forma igualitária, sem desvantagem, considerando que o país ainda é machista e patriarcal”, reflete.

Para Rosilene, apesar do concurso público não significar avanço automático na carreira, é um instrumento que dá mais segurança às mulheres. “A estabilidade nos protege mais dos assédios no ambiente de trabalho em relação à iniciativa privada, por exemplo. A gente não fica tão vulnerável às penalidades e punições”, explica a secretária. Outro aspecto reforçado pela dirigente da CNTE é o desmonte dos serviços públicos que essa reforma poderá provocar. “Se for aprovada, haverá terceirização, rotatividade e desemprego. E invariavelmente as mulheres são as primeiras dessa fila da precarização”, conclui.



Rosilene Corrêa alerta para a precarização do serviço público

Foto: Geovana Albuquerque



Foto: Roberto Parizotti

Ele Não!

Os protestos das mulheres contra a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência, em 2018, também conhecidos como movimento #EleNão, ocorreram em diversas regiões do Brasil e do mundo. “O ‘Ele não’ contribuiu para que tivéssemos um segundo turno. O Bolsonaro poderia ter ganhado no primeiro turno, se as mulheres não tivessem ido para as ruas denunciar o caráter fascista que ele colocava para o Brasil”, analisa Sônia Coelho.

Após a eleição, as mulheres seguiram articuladas e protestaram todos os anos, denunciando os projetos de morte do governo federal e reivindicando a saída de Bolsonaro do poder. “Queremos que ele saia do poder já, mas queremos também que nunca mais a gente possa eleger, no Brasil, um candidato com um projeto como esse, que é ultra neoliberal, que ataca a vida a todo momento, que fez um desmonte do estado, das políticas públicas, que aprofundou a misoginia, o racismo e todo o tipo de preconceito”, sintetiza Sônia.

Para 2022, os movimentos feministas preparam novo calendário de mobilização nas ruas, incluindo atos em locais onde é possível fazer mobilização presencial em segurança sanitária. Sônia Coelho ressalta que é um movimento também de solidariedade às mulheres e à população que está passando fome e necessidade, com distribuição de cestas básicas e alimentos. “As doações diminuíram e a gente não vê políticas públicas para suprir isso. A fome não tem a ver com a pandemia, mas com a forma com que o governo está colocando suas prioridades”.



Foto: Amanda Vieira

Mulheres continuam articuladas e seguem denunciando os projetos de morte de Jair Bolsonaro

Expectativa

Segundo levantamento realizado em janeiro deste ano pelo PoderData, do site Poder360, apenas 17% das mulheres pretendem reeleger o atual presidente. Apesar dessa estimativa, Sônia Coelho pondera que as *fake news* continuam circulando na população mais vulnerável e, em seu trabalho de distribuição de cestas básicas, ainda escuta que a “culpa” é da pandemia e não do governo e suas políticas.

Para Sônia, não basta apenas denunciar as políticas do presidente, é preciso também fortalecer as candidaturas femininas comprometidas. “Temos muitas candidatas populares, negras, trans, lésbicas, que têm plataforma feminista anticapitalista, antirracista e que precisam ser eleitas”, explica a coordenadora do MMM. “Porque elas tendem a fazer aliança com representantes da classe trabalhadora, e elas têm que interperlar esses companheiros, para também apoiar os projetos de igualdade salarial, de combate à violência contra a mulher, legalização do aborto. Tem que ser uma aliança das mulheres progressistas com aqueles que defendem a classe trabalhadora”, conclui.

Teto de Gastos

A Emenda Constitucional 95/2016 estabeleceu o “Teto de Gastos”, um limite que o governo precisa cumprir a pretexto de controlar os gastos públicos. “É uma medida abrupta, com vigência de 20 anos e que estabelece revisão somente ao completar 10 anos. Em nenhum outro país, isso ocorre. No geral, em 4 ou 5 anos se colocava uma revisão”, relata Tauá Pires, coordenadora de programas da Oxfam Brasil (Comitê de Oxford para Alívio da Fome).

Durante a pandemia de Covid-19, quando a população mais precisou de investimentos públicos em saúde, educação e assistência social, o Teto de Gastos foi um impeditivo. E o impacto foi sentido por todos os brasileiros – especialmente pelas mulheres negras, que representam 27% da população. Segundo o IBGE (2018), 68% das famílias chefiadas

por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza.

“Quando a gente fala de teto, falamos de arrecadação e tributação. Mas quem paga mais imposto, proporcionalmente, no Brasil, são as pessoas pobres. E quem está na base da pirâmide são as mulheres negras. E, nesse momento, elas sofrem o impacto mais forte: uma mulher negra tem o dobro de desemprego do que o homem branco”, ressalta Tauá.

Na avaliação da coordenadora da Oxfam Brasil, esse é um teto que pensa a questão fiscal sem pensar no bem-estar social. “A gente pensa que economia do cuidado não gera riqueza. Mas o trabalho de cuidado não remunerado é fundamental para a economia e gera mais recursos do que a economia, por exemplo, das tecnologias”, explica. “Para o país funcionar é preciso ter um cuidado com a saúde, com os mais velhos. Quem está na base, girando a economia local, a economia do cuidado acontecer, a nossa força produtiva, são as mulheres”.

“O que o Teto de Gastos está fazendo é um desamparo. É deixar uma geração sem perspectiva, sem possibilidade de sonhar com uma mudança para o crescimento. A conta fica para a juventude, as próximas gerações serão impactadas”, conclui Tauá Pires.

Fundeb permanente

A aprovação da Emenda Constitucional 108/2020, que estabelece o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de forma permanente foi uma conquista de educadores e educadoras. A Lei atinge diretamente as mulheres, já que as docentes são a grande maioria na educação básica (79,4%), segundo dados do Censo Escolar 2020.

Segundo a vice-presidente da CNTE, Marlei de Carvalho, há uma baixa valorização da categoria, justamente porque a maioria é mulher. “Infelizmente, no Brasil, essa desvalorização atinge todas as mulheres, em todas as profissões. Nossos salários cresceram diante da miséria que recebíamos; muitas, menos de um salário-mínimo”, desabafa Marlei. “Essa luta despertou, de norte ao sul do país, a coragem, o conhecimento de direitos, a profissionalização e a busca de direitos”, completa.

Para a vice-presidente, o Fundeb e o Piso Salarial Nacional trouxeram um processo de valorização das mulheres. “A CNTE dará continuidade à luta do Piso para sua implementação na integralidade para as professoras e implantar para as funcionárias, vencendo o processo de terceirização”, frisou.



Marlei Fernandes: Fundeb e piso salarial foram importantes para valorização das mulheres

Como os partidos estão se preparando para eleger mulheres

Entrevista com Luciana Santos, presidente do PCdoB.

Foto: Richard Silva



Qual investimento foi feito para ampliar a participação das mulheres? A expectativa é aumentar em quanto por cento a participação de mulheres, das últimas eleições para cá?

Luciana Santos: Talvez, o PCdoB seja um dos partidos que mais investem, tanto financeiramente quanto politicamente, na promoção de mais mulheres na política. Grande parte de nossas bancadas, nas câmaras municipais, assembleias estaduais e Câmara Federal é composta de mulheres.

Temos práticas cotidianas de valorização da presença de mulheres nas direções e espaços de decisão do PCdoB, e buscamos criar condições para que as mulheres estejam presentes aos debates e participem ativamente da vida partidária, desde a base até nossa direção nacional.

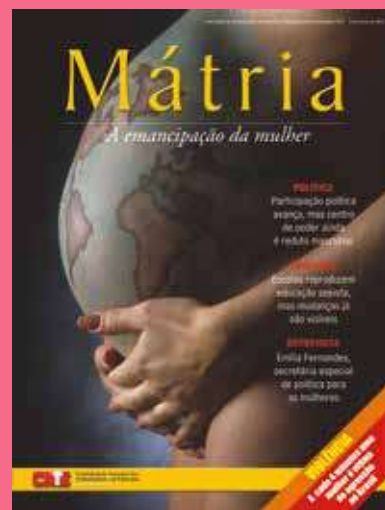
Na Câmara dos Deputados, as mulheres são 40% da nossa bancada. Nas próximas eleições, a expectativa é lançar um importante número de mulheres, para além dos 30%.

Quais as principais bandeiras de lutas das mulheres do partido para estas eleições de 2022?

Luciana Santos: Nosso horizonte é a equidade, igualdade de oportunidades para homens e mulheres. No contexto atual, nossas principais bandeiras são o fim da discriminação e de toda forma de violência de gênero; trabalho decente com salários iguais - e atenção especial para as chefes de família; garantia de políticas públicas que diminuam a jornada de trabalho das mulheres; fortalecer a educação inclusiva; garantir a assistência integral à saúde das mulheres; além da defesa da democracia e contra os retrocessos do governo Bolsonaro, que tem se mostrado como um governo machista e misógino, inimigo das mulheres e do seu bem-estar.

Quais as perspectivas após 2022?

Luciana Santos: Qualquer cenário de governo sem Bolsonaro já é melhor que nossa condição atual. Mas nossa perspectiva é uma virada, com a vitória de um governo progressista, que possa trazer, de volta, políticas estruturantes para o Brasil e, especificamente, para as mulheres, como já tivemos, por exemplo, a Secretaria Especial das Mulheres, com status de Ministério. Por si só, ter de volta esse órgão, significa um compromisso em recuperar e ampliar políticas públicas que possam fazer o enfrentamento da desigualdade de gênero no nosso país.



Há 20 anos

Na primeira edição da Revista Mátria, em 2003, a atuação política das mulheres já estampava suas páginas e era o tema da matéria "Participação política das mulheres é cada vez maior". A reportagem comemorava a ascensão de quatro mulheres ao posto de ministras de estado do governo Lula, a eleição de duas governadoras, 42 deputadas federais e outras 133 para as assembleias legislativas e para a câmara distrital. E ainda trazia uma declaração inédita de Clara Charf, a eterna militante das mulheres. "O Brasil tem muitas Marinas, Beneditas, Dilmás e Emílias. Nosso histórico de lutas de mulheres é heroico", registrou a viúva de Carlos Marighela.

A matéria também fazia um comparativo com o percentual de homens eleitos e a imensa disparidade entre os gêneros. Entretanto, Mátria já defendia, desde então, a política de cotas por gênero nas vagas de candidatos dos partidos.



Maria Regina Paiva Duarte

Presidente do Instituto Justiça Fiscal e integrante da coordenação da campanha Tributar os Super-Ricos

Tributar os super-ricos para um país melhor

O relatório “A Desigualdade Mata”, divulgado pela Oxfam em 16 de janeiro¹ informa que os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres: “os 10 homens mais ricos do mundo dobraram suas fortunas na pandemia enquanto a renda de 99% da humanidade cai”. Mais de 160 milhões de pessoas foram jogadas para a pobreza.

No Brasil, a situação não é diferente. Desde o início da pandemia, o número de bilionários aumentou e suas riquezas cresceram em 30% (US\$ 39,6 bilhões). Os 20 maiores bilionários têm mais riqueza (US\$ 121 bilhões) do que 128 milhões de brasileiros, o que corresponde a 60% da população.

Essa concentração de renda e riqueza precisa ser freada, tanto por ser injusta, quanto por ser economicamente disfuncional. É preciso tributar os super-ricos para diminuir essa concentração, combater a desigualdade e alavancar a economia e o crescimento com inclusão.

Tributar os Super-Ricos é alternativa para um novo Brasil

Essa situação intolerável não é fruto do acaso ou de influência divina. As políticas econômicas favorecem os mais ricos e não reverterem a situação desigual de renda, classe, raça e gênero que já assolava o país há muito tempo e agravou na pandemia.

Por isso, mais de 70 entidades estão engajadas na campanha “Tributar os Super-Ricos”², cujas propostas, se aprovadas no Congresso Nacional, podem arrecadar aproximadamente R\$ 300 bilhões ao ano.

Acabar com a isenção do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos distribuídos nas empresas para as pessoas físicas e terminar com a dedução de juros sobre o capital próprio, que diminuem o imposto a pagar de grandes e lucrativas empresas e pessoas físicas com altos rendimentos estão entre as propostas. Assim como reestruturar a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, elevando as alíquotas para as altas rendas e ampliando a faixa de isenção para

¹ <https://www.oxfam.org.br/noticias/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro-segundos/>

² Consulte a campanha em <https://ijf.org.br/tributar-os-super-ricos/>

os que menos ganham, desonerando 11 milhões de pessoas. Essas medidas podem gerar aumento de R\$ 160 milhões na arrecadação.

Criar uma Contribuição de Altas Rendas (CSAR) para quem ganhar mais de R\$ 720 mil reais anuais, o que representa apenas 59 mil pessoas, gerando R\$ 35 bilhões, assim como instituir o Imposto Sobre Grandes Fortunas (IGF) para pessoas físicas que ultrapassarem a R\$ 10 milhões, arrecadando mais de R\$ 40 bilhões.

Heranças e doações são pouco tributadas no Brasil, concentrando riqueza em poucas pessoas. Ampliar a alíquota sobre heranças e doações para até 30%, com progressividade obrigatória, geraria aproximadamente R\$ 14 bilhões.

Elevação da alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) do setor financeiro e do setor extrativo mineral, setores que aumentaram lucros mesmo em tempos de crise econômica e de pandemia. Com isso, cresceria a arrecadação em cerca de R\$ 40 bilhões.

As pequenas empresas necessitam de estímulo, e a campanha propõe desonerar empresas do Simples com receita bruta de até R\$ 360 mil anuais, reduzindo a alíquota em até 60%, abrangendo 75% das empresas.

Estados e Municípios precisam materializar as políticas públicas e há regras diferenciadas para repartição de receitas da União entre Estados e Municípios, acrescendo R\$ 83 bilhões para Estados e R\$ 64 bilhões para Municípios.

Por outro lado, os benefícios fiscais, mediante os quais o Estado abre mão de receitas, precisam ser revistos. A campanha propõe que União, Estados, Distrito Federal e Municípios avaliem periodicamente todos os incentivos tributários, mantendo apenas os que apresentem resultados econômicos e sociais satisfatórios e reduzam desigualdades regionais.

As medidas da campanha visam a fortalecer a administração tributária para combater a evasão, a sonegação fiscal, a inadimplência e cobrar os grandes devedores da Previdência Social e da Fazenda Nacional. Além de promover as mudanças legislativas, é preciso fiscalizar o cumprimento destas medidas. Sem isso, é difícil avançar.

A campanha está nas ruas e no Congresso Nacional

Grande parte destas propostas da campanha está no Congresso Nacional desde setembro de 2021, com apoio do mandato do Deputado Pedro Uczai (PT/SC) e outros 60 parlamentares de quatro partidos, em parceria com a Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19 – Vida e Justiça. Faltam duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC), necessárias para a implementação total das propostas em fase de coleta de assinaturas.

É imprescindível contar com a maioria do povo brasileiro para que as propostas tramitem e sejam aprovadas o mais rápido possível. Neste ano eleitoral tributar os

super-ricos deve ser prioridade de todos para enfrentar o principal problema brasileiro, que é a desigualdade.

É preciso cobrar de quem ganha mais e pode pagar mais, possibilitando a redistribuição. A maioria da população ganha muito pouco e, proporcionalmente, paga mais tributos. Essa parcela necessita de serviços públicos e estes devem ser financiados com recursos das classes mais abastadas que são subtributadas ou isentas.

Na pandemia da Covid-19, ficou explícito que a população precisa da atuação do Estado. O que já estava ruim, ficou pior na crise sanitária que ainda não acabou. Políticas como o pagamento do auxílio emergencial ou do programa que substituiu o Bolsa Família, são necessárias, mas insuficientes.

Os reajustes nos preços dos alimentos (sem políticas de abastecimento para repor estoques e controlar preços), da energia elétrica, gasolina, óleo diesel e gás de cozinha (derivados da política de preços insana adotada pela Petrobrás), repercutem em todas as famílias e empresas. Com o aumento da inflação, a população que já tem uma renda muito pequena, fica sem alternativas. Sem contar o avanço da informalidade, perda de postos de trabalho e empregos cada vez mais precarizados, retirando direitos e impedindo que grande parcela do país tenha condições de uma vida digna.

Portanto, tributar os super-ricos é urgente e necessário.

Violência entre quatro paredes

Uma a cada quatro mulheres afirma ter sofrido algum tipo de violência durante a pandemia entre 2020 e 2021

Gritos, ofensas, perturbação do sono, falta de liberdade e, por fim, agressão física. Essa soma de situações foi vivida por uma entre quatro mulheres brasileiras com mais de 16 anos, que afirmam ter sido vítima de algum tipo de violência, entre 2020 e 2021, durante a pandemia de Covid-19, segundo dados do Instituto Datafolha, reunidos na pesquisa **Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil**, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Essas foram também as situações que levaram Ana Carolina*, advogada de 25 anos, a sair da casa dos pais, em agosto de 2020. “Me vi em uma situação insustentável, com medo de ser morta pelo meu próprio pai”, relata a jovem.

Um dos destaques da pesquisa foi exatamente o que aconteceu com Ana Carolina. A violência deixou de ter como cenário a rua, de ser praticada por desconhecidos e passou a ser sofrida dentro de casa, por pais, mães, irmãos, irmãs, filhos, filhas, padrastos e madrastas. A quantidade de mulheres que afirmaram ter sofrido algum tipo de violência é de 17 milhões (24,4% do total da faixa pesquisada), o que significa um leve recuo em relação à pesquisa de 2019, quando 27,4% afirmaram ter sofrido algum tipo de agressão.

Perigo dentro de casa

De acordo com o FBSP, apesar do leve recuo, o caso precisa ser analisado no contexto da pandemia, em que muitas pessoas não saíram às ruas e acabaram sofrendo as agressões em casa. Na pesquisa de 2019 a figura do vizinho tinha sido a segunda mais citada como autor das violências. Nesta última, ela sequer foi mencionada.

“Já tinha passado por situações, principalmente aquelas de cantadas e tentativas forçadas de beijo em festas, que são péssimas, mas eu nunca tinha sido fisicamente agredida pelo meu pai, nem quando criança”, conta Ana Carolina. Segundo a advogada, com o início da pandemia, o pai, a mãe e ela passaram a trabalhar em *home office* e, a partir daí, começaram as agressões. Ela relata que, nos primeiros meses, entre março e abril, começaram as agressões verbais e os gritos, principalmente porque não acordava cedo. “Não tinha a menor necessidade de estar de pé às 7h. Eu, efetivamente, tinha que trabalhar a partir de 13h,

então aproveitei para descansar. Mas ele não aceitava, ia me acordar gritando, sacudindo e uma vez me derrubou da cama”, lembra.

Apesar disso, ela se manteve em casa e seguiu tentando lidar com o pai. A mãe também sofria algumas agressões, mas não reagia nem para se defender, nem para defender a filha. O uso de álcool passou a ser mais frequente em todos na família e isso, segundo Ana Carolina, foi o que desencadeou as agressões, já em agosto.

Um sábado Ana saiu para ir ao mercado, ela conta que estava fazendo quase tudo que era de rua para evitar que os pais saíssem, por conta da idade. Àquela época, a orientação era de proteção aos idosos. Era a população mais vulnerável ao vírus.

“Quando voltei para casa, meu pai estava bêbado e gritando com minha mãe. Eu pedi que ele parasse e a chamei para me ajudar a limpar e guardar as compras. De repente eu só senti os tapas por trás. Ele estava enfurecido e me atacando, nem sei como saí e me tranquei no quarto”, relembra a advogada.

Depois da agressão ela mudou para a casa de uma tia e ainda mantém contato com a mãe. Mas, desde então, nunca mais falou com o pai. “Não sei se vou poder perdoar isso. Foi algo muito traumatizante, sem necessidade ou razão”, explica. “Foi um ataque gratuito e não aceito o álcool como desculpa. Estou fazendo terapia para entender tudo. Deixei minha mãe sozinha e ainda temo por ela”, lamenta a advogada. Ela afirma que fez registro da agressão na delegacia, no dia do acontecimento, mas a pedido da mãe retirou a queixa.

17,5 milhões de mulheres afirmam ter sofrido algum tipo de violência entre 2020 e 2021

Números

Em sua terceira edição, a pesquisa ouviu 2.079 mulheres acima de 16 anos, entre os dias 10 e 14 de maio de 2021, em 130 cidades do Brasil. As respostas tinham como referência o período de 12 meses anteriores à pesquisa.

Entre as principais formas de violência sofrida, a maioria disse ter sofrido ofensas verbais (18,6%). Outras 6,3%, assim como Ana Carolina, foram vítimas de violência física, como tapas, chutes ou empurres; 5,4% passaram por algum tipo de ofensa sexual ou tentativa forçada de relação; 3,1% foram ameaçadas com faca ou arma de fogo e 2,4% foram espancadas.

Mulheres negras, separadas/divorciadas entre 16 e 24 anos foram as principais vítimas de agressão. A pesquisa mostra ainda que as vítimas de violência doméstica estão entre as que mais perderam renda e emprego durante a pandemia.

Em 2020, um outro levantamento feito pelo Fórum B, a pedido do Banco Mundial, revelou que o número de feminicídios no país cresceu 22,2% em março e abril daquele ano, em 12 estados brasileiros, em relação ao mesmo período de 2019. Só no estado de São Paulo, os casos aumentaram 41,4%.

Segundo Samira Bueno, diretora-executiva do FBSP, a pandemia de coronavírus agravou a situação de vulnerabilidade das mulheres. “O cenário da pandemia acentua várias das vulnerabilidades a que as mulheres, em situação de violência doméstica, já viviam. Uma delas é o fato de muitas delas estarem confinadas com os agressores”, afirma.

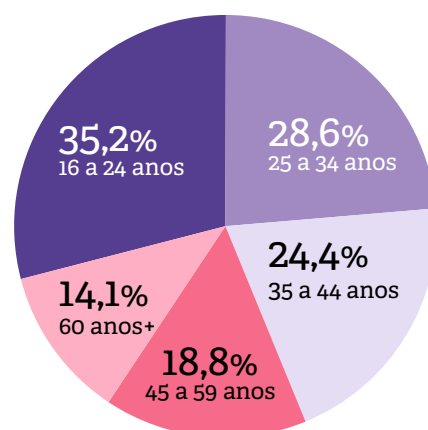
Apesar do aumento de casos de feminicídio, houve uma queda de 21,8% nos registros de lesão corporal dolosa em decorrência de violência doméstica, em março e abril de 2020, com relação ao mesmo período de 2019. A média nacional foi de queda de 25,5%. “Isso indica uma dificuldade na denúncia e não uma queda no número de agressões”, explica o psicanalista Newton Molon do CAP – Instituto de Psicanálise de Brasília.

Segundo o psicanalista, a situação de confinamento com o agressor deixa a mulher se sentindo ainda mais vigiada e, sem a possibilidade de ir à rua, o acesso às formas de denúncia diminui, principalmente com a figura do “vigia” sempre ao lado. “Não dá para fazer uma ligação, mandar uma mensagem, porque o perfil desse tipo de parceiro é o que toma conta de tudo, controla os meios de comunicação para evitar que a vítima tenha qualquer contato externo”, explica Molon.

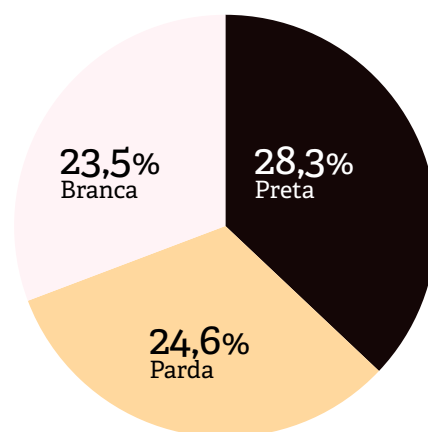
Para o psicanalista, campanhas como a do Sinal Vermelho – na qual as mulheres fazem um X vermelho na palma da mão ou em um papel, como pedido de ajuda, em farmácias, órgãos públicos e agências bancárias – são essenciais para essas vítimas. “É uma estratégia importante de acolhimento para o espaço que elas têm de saída de casa. Quanto mais estabelecimentos estiverem disponíveis para este tipo de ação, mais importante ela se torna. Padarias, mercados de bairro, entre outros também são locais importantes”, explica.

**A pedido da entrevistada, o nome foi trocado para manter o anonimato.*

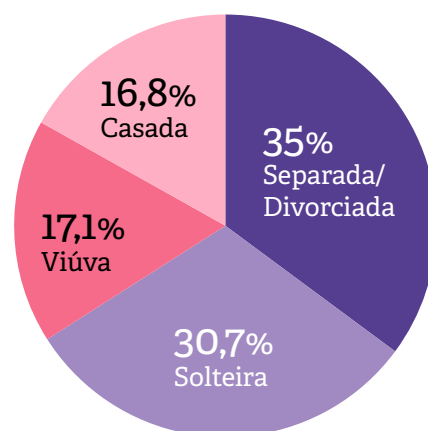
Violência por idade:



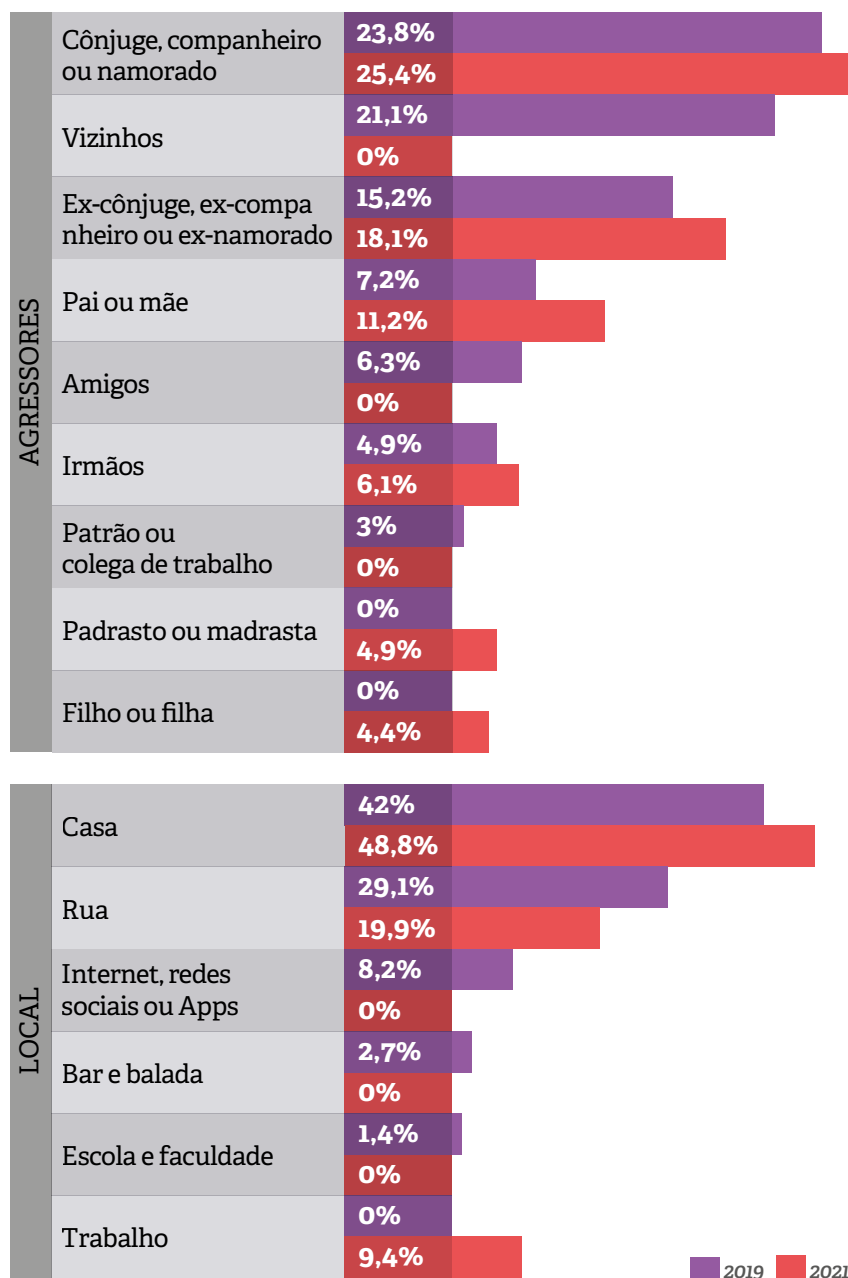
Violência por cor:



Violência por estado civil:



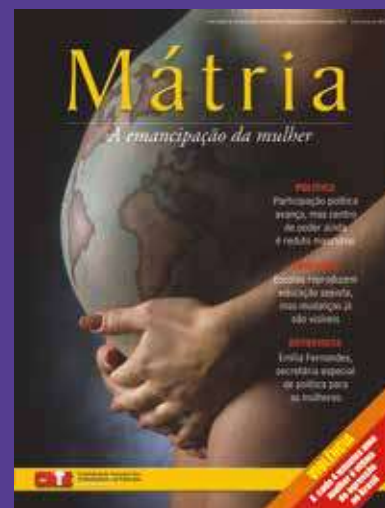
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Como denunciar

- Disque 100
- Ligue 180
- Mensagem pelo WhatsApp no número (61) 99656-5008
- Telegram, no canal "Direitoshumanosbrasilbot"
- Site da Ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos
- Aplicativo "Direitos Humanos Brasil" (para iOS e Android)



Há 20 anos

Em sua primeira edição, em 2003, *Mátria* já alertava para os perigos aos quais as mulheres estavam expostas entre as quatro paredes que deveriam abrigá-las.

Na matéria "Tapas, socos e pontapés", a revista já denunciava, de forma corajosa e contundente, o que chamou de "uma das faces mais trágicas do cotidiano da mulher brasileira", a violência doméstica.

Mesmo antes da existência da Lei nº 11.340 (a Lei Maria da Penha), que só seria promulgada três anos depois, em 7 de agosto de 2006, *Mátria* já botava o dedo na ferida e se antecipava à campanha de 2021 pedindo, àquela época, que as pessoas "metessem a colher" e denunciassem casos de agressão.



Eloisa Castro Berro

Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela UNESP/UCDB. Professora Universitária. Coordenadora responsável pela implantação da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande/MS. 2015/16. Militante do Movimento Popular de Mulheres.

Manuela Nicodemos

Comunicóloga, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Pesquisadora Social e ativista da Marcha Mundial de Mulheres



Violência contra as mulheres: um olhar sobre os números e a vida.

A violência na pandemia

A chegada da Covid-19, uma pandemia que se alastrou por todos os continentes, transformou o cotidiano de milhões de pessoas no mundo e atingiu com maior gravidade, as pessoas pobres e vulneráveis, especialmente as mulheres, que representam o grupo social mais afetado pelos impactos dessa grave crise sanitária.

O relatório **Mulheres no centro da luta contra a crise Covid-19**, produzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),¹ divulgado em março de 2020 pela ONU Mulheres já mostrava alguns indicadores que poderiam ser agravados com os efeitos sociais e econômicos da pandemia no Brasil.

Conforme o relatório, as mulheres representam quase 70% da força de trabalho da saúde. No Brasil, 85% dos cargos da área de enfermagem e mais de 45% da área médica, além de 85% da dos cuidadores de idosos, são ocupados por pessoas do sexo feminino. Pelo fato de ocuparem a maior parte da linha de frente dos trabalhos de prevenção e

tratamento da enfermidade, estas estão mais expostas aos riscos de infecção e doenças psicológicas decorrentes do stress.

O estudo ainda aponta que, aliado a essas questões, existe o fato que, com o isolamento, os índices de violência doméstica aumentaram consideravelmente no mundo. Com as restrições aplicadas a vários serviços de atendimento ao público durante a pandemia, as mulheres passaram a ter mais dificuldades de acesso às redes de proteção e aos canais de denúncia, o que prejudicou o levantamento real dos dados e o devido acompanhamento aos demais tipos de violência contra as mulheres, exceto o feminicídio.

A pandemia desencadeou alterações bruscas na vida das famílias e da sociedade em geral. As restrições nos deslocamentos, perturbam a rotina de modo geral, adicionando tensionamento e estresse. As crianças, em geral, estão fora da rotina escolar/creche, com acesso restrito a atividades de grupo e esportes. Homens e mulheres estão em trabalho remoto, o que também implica em sobrecarga, desafios na conciliação de rotinas da casa e com cuidados com crianças e outros membros da família. (FIOCRUZ, p. 2, 2020).

¹ Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=127_127000-awfnqj80me&title=Women-at-the-core-of-the-fight-against-Covid-19-crisis

Portanto, a realidade imposta às mulheres pelo isolamento social, desencadeou o convívio prolongado com seus “parceiros” dentro de casa, representando um risco, especialmente em um contexto em que as preocupações e inseguranças trazidas pela pandemia elevam as tensões e os conflitos familiares e aumento de casos de violência de gênero.

Como a maior parte dos crimes cometidos contra as mulheres no âmbito doméstico exigem a presença da vítima para a instauração de um inquérito, as denúncias começaram a cair na quarentena em função das medidas que exigem o distanciamento social e a maior permanência em casa. Além disso, a presença mais intensa do agressor nos lares constrange a mulher a realizar uma ligação telefônica ou mesmo de dirigir-se às autoridades competentes para comunicar o ocorrido. (Anuário de Segurança Pública, p.38, 2020)

Tal contexto explica que a diminuição do registro de ocorrências não representa a redução de casos de violência contra a mulher e sim as dificuldades e obstáculos que essas encontraram na pandemia para denunciar.

Em uma comparação entre 83 países, o Brasil possui uma taxa média de 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres – 2,4 vezes maior que a taxa mundial, o que significa 02 assassinatos a cada 100 mil mulheres, ocupando assim o 5º lugar no ranking mundial de feminicídios.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, os homicídios dolosos de mulheres e os feminicídios tiveram um crescimento de 2% no primeiro semestre de 2020.

Em números absolutos, 1.350 mulheres foram assassinadas por sua condição de gênero, ou seja, morreram pelo fato de serem mulheres. No total, foram 3.913 registros de mulheres assassinadas no país no ano passado (2021).

A eliminação da violência contra a mulher, bem como o fim do feminicídio dependem do conjunto da sociedade e de políticas interseccionais de Estado. É urgente inaugurar novas formas de enfrentar esse problema que deve interessar a toda sociedade. É fundamental o desenvolvimento de ações institucionais por parte de governos que compreendam a vulnerabilidade social e econômica das meninas e mulheres, considerando as suas diferentes dimensões, étnicas, de raça e classe, que convivem diariamente com situações de perigo e violência e tem suas vidas ameaçadas por sistemas econômicos capitalistas, patriarcais, racistas e misóginos.

Onde procurar ajuda:

- Ligue 180: disque-denúncia. Funciona 24 horas, todos os dias, e pode ser acionado em qualquer lugar do Brasil. É possível fazer a denúncia de forma anônima.
- Polícia Militar: 190 – serviço de urgência/emergência às mulheres em situação de risco.
- Delegacias de Mulheres nos Estados.
- Centros de Atendimento às Mulheres nos Estados.

Fontes:

- Anuário de Segurança Pública - Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020 e 2021)
Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>
- Relatório “Estimativas globais, regionais e nacionais para violência sexual praticada por parceiros íntimos contra mulheres e estimativas globais e regionais para violência sexual não praticada por parceiros contra mulheres”
Disponível em: <https://who.canto.global/s/KDE1H?viewIndex=0>
- Mulheres no centro da luta contra a crise Covid-19 - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),
Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=127_127000-awfnqj8ome&title=Women-at-the-core-of-the-fight-against-Covid-19-crisis
- Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia Covid-19: Violência doméstica familiar na Covid-19 – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Disponível em: arca.fiocruz.br/handle/icict/41121

Órfãos da Covid-19 podem ter danos psicológicos e econômicos

De acordo com pesquisa britânica são mais 130 mil crianças e adolescentes nesta situação no Brasil



Foto: Evandro França

Giovanna: governo deveria dar apoio financeiro e psicológico aos órfãos da Covid-19

Link da pesquisa da revista The Lancet: <https://bit.ly/34vQ24C>

Giovanna Gomes Mendes da Silva tinha 19 anos quando perdeu o pai e a mãe para a doença que ainda assola todo o planeta; a Covid-19. A jovem, de agora 20 anos, protagonizou um dos momentos mais comoventes da CPI da covid, no Senado Federal, em outubro do ano passado, quando em seu depoimento fez o intérprete de libras parar a transcrição por não conseguir conter a emoção com o relato da menina, que além de perder os pais, ainda ficou responsável pela guarda da irmã, à época com 10 anos.

“Eu, meus pais e minha irmã éramos muito unidos. Quando meus pais faleceram, a gente perdeu as pessoas que a gente mais amava”, contou Giovanna à CPI. “Eu vi que precisava da minha irmã e ela precisava de mim. Eu me apoiava nela e ela se apoiava em mim. A partir dali, vi que eu não poderia ficar mais sem ela”, completou a jovem chefe de família que, para cuidar de sua irmã, necessitava de doações de parentes. “Passamos a não ter nossos dois pilares e não ter quem nos ajudasse”, explicou.

Atualmente, Giovanna recebe a pensão que seu pai deixou, mas ainda necessita de complemento dos avós e dos tios. Além disso, um dos maiores suportes que recebeu chegou em suas mãos por meio de uma vaquinha virtual, feita com o objetivo de dar às meninas um futuro, além de sustentá-las por alguns meses. Outras vítimas da Covid também vêm sendo auxiliadas por voluntariados ao redor do país, o projeto “Mães que Acolhem”

é uma dessas iniciativas. Criada por três amigas, em Jundiaí (SP), a ação vem ajudando diversas famílias que ficaram com complicações econômicas e psicológicas após suas perdas.

Na opinião de Giovanna, o governo deveria dar um suporte financeiro aos órfãos da Covid-19 como, aliás, sugerem diversos projetos de lei que tramitam no Senado e na Câmara. Para ela, o valor seria uma forma de garantir a essas crianças se estabelecer na vida: “sem que a perda as paralise”, explica. “O governo poderia, de cara, fornecer logo um apoio psicológico. Eu e minha irmã tivemos, através de uma amiga da minha mãe que se dispôs. E isso fez toda a diferença”, complementa.

Verdade e consequência

Assim como Giovanna e sua irmã, existem mais de 130 mil órfãos, que perderam pai, mãe, avós ou todos os parentes para a Covid-19 no Brasil, de acordo com pesquisa publicada pela revista científica britânica *The Lancet*.

A pesquisa ainda adverte as possíveis consequências negativas dessas perdas nas crianças e adolescentes: “Mortes de pais ou cuidadores aumentam os riscos de problemas de saúde mental; violência física, emocional e sexual; e dificuldades econômicas da família”, revela a pesquisa. “Essas experiências adversas aumentam os riscos de suicídio, doenças infecciosas, como HIV/AIDS, gravidez na adolescência e doenças crônicas”, completa. Evasão escolar também é uma possível consequência apontada pelos pesquisadores.

O luto nas crianças e adolescentes

De acordo com a psicóloga Rafaela Roncatto, pós-graduada em Luto, pela Universidade de Caxias do Sul (RS), a morte dos pais é uma das experiências mais impactantes que crianças e adolescentes podem vivenciar. “Com os pais, morre também a ilusão de onipotência em um momento que ela é necessária como fonte de segurança”, enfatiza.

Rafaela explica que, entre os aspectos mais observados no comportamento das crianças em luto, estão a negação, a agressividade e a culpa. Elas podem tratar seus colegas com hostilidade ou tratar seus brinquedos com violência. A forma pela qual agirão diante da morte é particular, além disso, a duração e a intensidade dependerão da sua personalidade, assim como o vínculo afetivo com a pessoa perdida e o apoio dos demais familiares/responsáveis que a cercam.

“A maneira mais assertiva e mais indicada, além de todo o apoio familiar, é também a busca por profissionais preparados para acolher a situação e preparação dos mesmos à vida adulta”, conclui a psicóloga. Para ela, a ajuda psicológica pode promover alguns suportes que favorecem recursos internos possibilitando, ao enlutado, a elaboração do luto, assim como um sentimento de acolhimento, de se sentir compreendido e seguro em um momento de desamparo e incerteza.

Mulheres na Ciência

Foto: Arquivo pessoal



Maioria no mundo acadêmico, mulheres ainda sofrem com a discriminação de gênero e salarial na pesquisa científica

Historicamente, a ciência sempre foi vista como uma atividade realizada por homens. Durante os séculos XV, XVI e XVII, períodos marcados por diversos eventos e mudanças na sociedade, houve o surgimento da ciência como conhecemos hoje. Algumas poucas mulheres aristocráticas exerciam importantes papéis de interlocutoras e tutoras de renomados filósofos naturais e dos primeiros experimentalistas. A mudança nesse quadro iniciou-se somente após a segunda metade do século XX, quando a necessidade crescente de recursos humanos para atividades estratégicas, como a ciência, o movimento de liberação feminina e a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres permitiram a elas o acesso, cada vez maior, à educação científica e às carreiras tradicionalmente ocupadas por homens, de acordo com estudo realizado por Jacqueline Leta, da Scielo Brasil.

Para falar sobre essa movimentação feminina na ciência, que teve grande destaque na pandemia de

Coronavírus, conversamos com a Dra. Lorena Guadalupe Barberia, professora do departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Observatório Covid-19 BR, numa entrevista exclusiva à Revista *Mátria*.

Revista *Mátria*: Mesmo sendo incentivadas a não ocupar esses espaços, historicamente ocupado por homens, as mulheres participaram ativamente da ciência, tendo sido responsáveis por grandes descobertas. Como você vê essa movimentação feminina na ciência na última década?

Lorena Barberia: A participação das mulheres é dominante em muitas áreas científicas, e se deve a investimentos elevados que elas fizeram ao longo do último século, para quebrar barreiras. Por exemplo, as mulheres são cerca de 54% dos estudantes de doutorado no Brasil hoje. Conseguimos isso porque gerações de mulheres procuraram ingressar em carreiras universitárias. Porém, há ainda uma desigualdade importante na ocupação de cargos e reconhecimento das mulheres nos

Dra. Lorena Guadalupe Barberia liderou pesquisa sobre a pandemia da Covid-19

campos científicos e, em participar, de determinadas áreas; por exemplo, na matemática e na estatística, as mulheres são minoria. Sabemos que as mulheres sofrem discriminação importante em várias frentes nas ciências. Pesquisas mostram que os estudos liderados por mulheres são citados em menor proporção que artigos parecidos escritos por homens. As mulheres têm menos chances de ser nomeadas para cargos de poder, mesmo tendo as mesmas, ou superiores qualificações. Na docência, sabemos que também há diferenças na maneira em que as mulheres e os homens são avaliados pelos alunos.

Mátia: Com a chegada da pandemia da Covid-19 houve uma corrida científica mundial para a descoberta da vacina, como você vê a participação das mulheres nessa corrida?

Lorena: As mulheres foram lideranças na pandemia em várias frentes. Há que lembrar, por exemplo, os laboratórios de pesquisas básicas, nos quais foram desenvolvidos os estudos de SARS-CoV-2 e sobre as vacinas, que foram realizados com uma forte participação das mulheres. Podemos lembrar do caso de Ozlem Tureci, fundadora da BioNTech, que desenvolveu a vacina Cominarty com a Pfizer; o caso de Sarah Gilbert, que ajudou a desenvolver a vacina Oxford/AstraZeneca e, no Brasil, a pesquisadora Ester Sabino, que foi a primeira pesquisadora responsável por sequenciar o genoma do SARS-CoV-2 no país. Na frente de cuidados, sabemos que as mulheres também foram pioneiras

no estudo de como melhor tratar as pessoas infectadas para melhorar as chances de sobrevivência. Ao mesmo tempo, as evidências mostram que as mulheres enfrentaram barreiras importantes para conseguir ter esta contribuição reconhecida.

Mátia: Atualmente, o Governo brasileiro tem feito grandes cortes na Educação e no incentivo à Ciência. O orçamento de 2022, nestas áreas, perdeu bilhões. Nesse contexto as mulheres são as mais prejudicadas?

“
a pandemia
reforçou que
a ciência e a
educação são
cruciais para o
enfrentamento
da doença
”

Lorena: As mulheres são prejudicadas. Vamos pensar, por exemplo, nas bolsas para estudos de pós-graduação. Como as mulheres são a maioria das alunas de doutorado e mestrado no país, há um prejuízo significativo. Temos também que lembrar dos salários dos professores,

que tem sofrido uma queda significativa em seu valor real, dado os aumentos de inflação. A pandemia reforçou que a ciência e a educação são cruciais para o enfrentamento da doença. Países sem campos significativos de ciência aplicada, dependem de insumos e inovações desenvolvidas no exterior. Por esses motivos, estes cortes não somente tem um impacto a curto prazo, mas a médio prazo colocam o país em situação mais vulnerável.

Mátia: Socialmente e economicamente falando, a pandemia afetou mais as mulheres?

Lorena: Há múltiplos impactos, em várias frentes, que implicam que a pandemia afetou as mulheres de uma forma muito significativa. Se pensamos na esfera econômica, sabemos que as taxas de desemprego e a crise econômica afetaram as mulheres. Elas sofreram as maiores perdas no mercado de trabalho. A concessão de auxílio emergencial procurou compensar as famílias nas quais as mulheres são as principais responsáveis pelo bem-estar. Porém, o auxílio chegou de forma demorada e depois sofreu cortes significativos. Se pensamos na esfera da educação, também. Em nossos estudos, temos mostrado que houve demora e elevada desigualdade no acesso à educação durante a pandemia. As mães ficaram responsáveis por dar aulas e acompanhar o ensino à distância – nos casos e nos períodos em que essas alternativas foram disponibilizadas. Os dados também mostram que a mortalidade por covid foi maior entre homens. Por

isso, temos também que lembrar que ficaram mais mulheres sozinhas à frente de suas famílias.

Mátria: Nos fale sobre a pesquisa que coordenou e como avalia o retorno às aulas neste momento da pandemia.

Lorena: Sou a coordenadora da Rede de Pesquisa Solidária em Políticas Públicas e Sociedade. Como parte de nosso trabalho, liderei um grupo de pesquisadores, que estudou: um, o fechamento do ensino presencial; dois, o oferecimento e o tipo de ensino remoto oferecido; e, três, a qualidade dos protocolos de reabertura para ensino presencial. Produzimos vários estudos e continuamos monitorando estas políticas e seus impactos.

Mátria: Como o negacionismo está afetando a pandemia?

Lorena: O negacionismo é uma estratégia política. Historicamente foi assim e, nesta pandemia, os mesmos padrões se repetem. Não estamos vendo nada diferente de outras pandemias. Negamos, por exemplo, que as condições sociais e econômicas levam as pessoas a maior vulnerabilidade, e isso torna elas mais vulneráveis a ser contaminadas por doenças transmissíveis.

Mátria: Como trabalhar a divulgação científica para evitar os problemas trazidos pelo negacionismo?

Lorena: A nossa esperança é a educação. Ela faz toda a diferença. Por isso, temos que continuar comprometidos em avançar com a educação. Mas, também temos que combater o negacionismo

reconhecendo que o objetivo dele é político. As pessoas que estão motivadas a divulgar teorias e dados para negar a pandemia tem um objetivo político. Procuram tirar a

“
**divulgar teorias
e dados para
negar a pandemia
tem um objetivo
político.
Procuram tirar a
responsabilidade
do governo, tirar a
responsabilidade
de ter que cuidar
do outro, de ter
obrigações sociais**
”

responsabilidade do governo, tirar a responsabilidade de ter que cuidar do outro, de ter obrigações sociais. Por isso, temos que insistir também em estudar a pandemia do aspecto político e das políticas públicas.

Mátria: Como será o futuro pós-pandemia?

Lorena: Eu resisto falar em pós-pandemia, porque me parece que os dados de desigualdade deixam claro que, como o mundo, estamos longe do fim. Temos avançado na vacinação de forma muito desigual, e há países com a minoria da população com três doses. Ainda não temos vacinas para crianças de zero a três anos, por exemplo. O que o mundo precisa estudar mais é como sairmos “juntos” e investir nisso ao invés de definir a data de encerramento.

Mátria: Sabemos que na ciência não são dadas as mesmas oportunidades de ascensão na carreira e remuneração justa às mulheres. Como podemos tentar mudar essa realidade aqui no Brasil? As mulheres estão se mobilizando nessa luta?

Lorena: Temos que lutar para valorizar a ciência no Brasil, e isso implica investir em salários e recursos para viabilizar o fazer ciência. Em termos comparativos, competimos mundialmente em condições muito ruins com outros países. Nossas bolsas não permitem aos alunos se sustentarem enquanto estudam, e os recursos para pesquisa são muito limitados. Como pesquisadora e professora, tenho muitas responsabilidades administrativas, que não têm os nossos colegas em outros países, onde há investimentos em equipes para apoiar as pesquisas e o desenvolvimento científico. As mulheres estão muito cientes disso, no mundo científico e acadêmico, pois elas são maioria nestes campos.

Do planeta fome ao fim do mundo

Incansável na luta contra o racismo e a discriminação contra as mulheres, Elza Soares morreu cumprindo a promessa de cantar até o fim

Se tem uma brasileira que foi a tradução da luta e da defesa dos direitos e do lugar de mães, filhas, mulheres negras; e de brasileiros que nasceram pobres num país onde a realidade é mais dura do que para o restante da população, essa pessoa foi Elza Soares, nascida Elza Gomes da Conceição, em 23 de junho de 1930, no Rio de Janeiro, e morta aos 91 anos, em 20 de janeiro de 2022, há exatos 39 anos após a morte de Garrincha, o grande amor da sua vida.

Uma artista que fez da sua vida e do seu canto um hino de defesa de brasileiros, num país onde as chances de uma pessoa negra ser assassinada é mais que o dobro do restante da população, e onde esse grupo representa 77% das vítimas de homicídio, segundo o Atlas da violência 2021. Um Brasil que ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Filha de operário e lavadeira, Elza foi criada na favela de Moça Bonita (atual Vila Vintém) e, aos 12 anos, foi obrigada pelo pai a se casar com Antônio Soares, conhecido como Alaúde, de quem manteve o sobrenome. Foi mãe

Foto: Last.fm/reprodução





pela primeira vez aos 13 anos, aos 15 já tinha perdido dois filhos para a fome e, aos 21, ficou viúva. Uma história que se repete por tantas outras milhares de 'Elzas' espalhadas pelo Brasil e que a artista nunca esqueceu, fazendo da sua trajetória a bandeira de todos.

A história como artista começa aos 23 anos, quando se submeteu a um teste num programa de calouros na Rádio Tupi, "Calouros em Desfile", apresentado por Ary Barroso que, ao ver aquela menina franzina, vestida com roupas duas vezes o seu tamanho e ajustadas com alfinete de fralda, disparou: "Menina, de que planeta você veio?", perguntou Ary, arrancando gargalhadas da plateia. "Do mesmo planeta que o senhor, seu Ary, do Planeta Fome", enfrentou a menina que, na época, trabalhava como encaixotadora e conferente em uma fábrica de sabão. A resposta surpreendeu o auditório que segurou as risadas para ouvir a jovem se apresentar. Elza cantou, encantou e venceu.

A carne mais barata do mercado é a carne negra ¹

"Estamos assistindo o nascimento de uma estrela!", exclamou Ary Barroso, logo após a apresentação. E, quase cinco décadas depois, em 1999, a menina franzina seria eleita a Voz do Milênio pela rádio BBC de Londres... Mas, isso era Elza Soares, uma artista que fez do Planeta Fome sua resistência e não sucumbiu, extrapolando rótulos e sobrevivendo a tudo e a todos. "Sou feminista convicta. Vivo protegendo as mulheres e vejo que, às vezes, somos burras demais. Temos que pensar mais em nós mesmas e não nos doarmos tanto. No meu show, eu faço um alerta para as mulheres ficarem espertas. Já passou o tempo de sofrermos caladas", dizia Elza.

¹ Carne, música do álbum Do Coccix até o Pescoço, lançado em 2002

Seu legado, marcado por altos e baixos na carreira, soma um Grammy Latino, dois Prêmios da Música Brasileira e até um Grande Prêmio do Cinema Brasileiro, pela melhor trilha sonora original. E a trajetória da potência vocal inconfundível que, por meio da sua música, sempre deixou clara a palavra do direito das mulheres no Brasil. Em 1959, despontou com a música “Se Acaso Você Chegasse”, uma composição de Lupicínio Rodrigues e Felisberto Martins que também deu nome ao primeiro disco de Elza. Ao longo dos anos 1960, conquistou o título de Rainha do Samba, ao qual ela nunca se limitou. “Esse título de rainha do samba ficou para trás. Quem tem coroa aqui? Rainha faminta? Quero não”, disse a cantora em 2019.

Eu não vou sucumbir²

Na década de 1980, vivenciou uma espécie de ostracismo na carreira, mas ainda assim lançou o disco “Somos Todos Iguais”, em 1984, no qual canta “Milagres”, de Cazuza e Frejat. No mesmo, gavou a música “Língua” com Caetano Veloso, que faz parte do álbum “Velô”, do compositor baiano. “Tive a honra de ser procurado por ela, quando de sua iminente decisão de abandonar a carreira e/ou o Brasil”, escreveu Caetano em seu perfil no Instagram. “Fui capaz de convencê-la a ficar porque entendi que aquilo era uma espécie de pedido de socorro. Compus o samba-rap ‘Língua’ e a convidei para cantar a parte melódica. Assim, ela voltou a cantar e a

² Libertação, música do disco Planeta Fome, lançado em 2019



Foto: Patrícia Lino @callanga

receber atenção”, completou o músico. Para ele, Elza “foi uma concentração extraordinária de energia e talento no organismo da cultura brasileira”.

Em 1986, um acidente de carro levou seu filho, o Garrinchinha, fruto do relacionamento de 17 anos com Mané Garrincha. A união rendeu à ela mais uma batalha: como o jogador ainda era casado, no início do relacionamento (ainda que já em processo de separação), ela foi tachada de destruidora de lares, e ainda de destruir a carreira do próprio Garrincha, sendo acusada de ter deixado o craque sucumbir ao alcoolismo.

“Como explicar que Garrincha sempre bebera, muito antes de conhecê-la, e que, sem Elza, ele teria morrido ainda mais cedo?”, escreveu Ruy Castro em sua defesa. “E que, se alguém teve prejuízo profissional com aquela relação, fora ela – porque Elza já era a super Elza Soares, quando o conheceu, e Garrincha não sabia, mas já começara a deixar de ser Garrincha”, completou o escritor. No casamento, Elza também viveu um relacionamento conturbado, vítima de violência doméstica. E, curiosamente, Elza morreu em 20 de janeiro, no mesmo dia da morte de Garrincha.

A língua é minha Pátria³

O ator Lázaro Ramos em homenagem à artista, em seu perfil na rede social Twitter, destacou a força da mulher Elza. “Obrigado por inspirar tanto e por não se calar nunca”, escreveu Ramos. A filósofa, feminista negra e escritora, Djamilia Ribeiro,

que conhecera Elza e fora convidada para escrever a resenha de seu álbum “Mulher do Fim do Mundo” desabafou: “Foi uma mãe para as mulheres negras. Cantou as nossas potências, o nosso amor, dores e medos. A nossa fúria, tristeza, indignação. Do ‘Planeta Fome’, ela se espalhou pelo mundo, rasgando como água indomável as cantigas existenciais das mulheres negras brasileiras. Junto a ela, fomos”, declarou Djamilia.

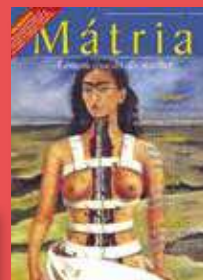
Na chuva de confetes deixo a minha dor⁴

O álbum “A Mulher do Fim do Mundo” foi o responsável pela guinada na carreira de Elza. O primeiro só de canções inéditas, feitas por músicos como Rodrigo Campos, Kiko Dinucci, Romulo Fróes e Celso Sim, foi aclamado pela crítica dentro e fora do Brasil. Segundo o crítico Luiz Fernando Vianna, o álbum fez Elza “renascer das cinzas” e se aproximar do público mais jovem. “A mulher do fim do mundo é aquela que busca, é aquela que grita, que reivindica, que sempre fica de pé. No fim, eu sou essa mulher”, disse Elza Soares em entrevista ao HuffPost Brasil, em 2020.

A música título do álbum é Elza Soares em estado puro. Principalmente o refrão, que funciona como uma espécie de premonição quando diz: “eu sou, eu vou até o fim cantar / eu vou cantar até o fim”. E foi feita a sua vontade. Até o fim, em 20 de janeiro de 2022, quando a voz que cantou, gritou, lutou, defendeu e encantou, enfim se calou.

Ela por elas

Mátria mantém a tradição de se representar por mulheres fortes.



3 Língua, música do álbum Velô, lançado em 1982

4 Mulher do fim do mundo, música do disco Mulher do fim do mundo, lançado em 2019

Aumento da *uberização* da educação fragiliza docentes

Foto: Prostock-studio

Cada vez mais trabalhadores se submetem a contratos sem garantias trabalhistas e com longas jornadas

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), divulgada no final do ano passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 12,9 milhões de pessoas desempregadas, entre a população economicamente ativa. Com isso, aumentou o número de trabalhadores que se submetem a contratos precários, sem garantias trabalhistas e com longas jornadas de trabalho, tal como acontece com aquelas pessoas que buscam seu sustento trabalhando como motoristas de aplicativo. Um fenômeno que se convencionou chamar de “uberização”.

Segundo a pedagoga Adércia Hostin, do Fórum Nacional de Educação (FNPE), são diversos os tipos de contratação enquadrados nos moldes de afrouxamento das garantias trabalhistas, mas a mais crescente, e que tem se alastrado pelo Brasil, é mesmo a que faz referência ao aplicativo de transporte. “Na educação, não foi diferente”, afirma a pedagoga. “A questão é que, em meio ao turbilhão, muitos professores ainda não se deram conta das consequências dessa prova de fogo - fazer com que o trabalho remoto seja aceito a qualquer preço”, alerta.

O trabalho no aplicativo cria a falsa sensação de que o trabalhador está

inserido no mercado. Mas, na verdade, é ele o responsável pelo produto que vai vender e pelo serviço que vai prestar. Em artigo publicado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), a pesquisadora Amanda Moreira da Silva mostra que se trata de um novo passo na terceirização, quando empresas desenvolvem mecanismos de transferência de custos e riscos, não mais para empresas terceirizadas, mas para uma multidão de trabalhadores autônomos, retirando suas garantias mínimas e, ao mesmo tempo, consolidando a sua subordinação. “Nesse tipo de vínculo”, explica a pesquisadora, “as formas de controle são, aparentemente, pouco tangíveis, pois não há horário fixo de trabalho. Além disso, o trabalhador não é um empregado e a empresa não é sua contratante”.

No escopo dessa discussão está o que significa o trabalho remoto. Adércia Hostin explica que, no contexto atual, ele é uma ferramenta de apoio pedagógico que,

por intermédio do professor, em plataformas digitais e outros instrumentos disponibilizados pelas instituições de ensino, permite que o aluno acompanhe e realize atividades de acordo com as disciplinas da sua série, uma medida paliativa para o ensino-aprendizagem neste momento de pandemia.

Entretanto, alerta a pedagoga, o que em um primeiro momento parece um avanço na educação, abre brecha para se tornar uma modalidade de ensino a distância, reconhecida aos moldes de como acontece no ensino superior, com grande parte dos professores sendo substituídos por tutores. “Nesse contexto, os docentes têm sua carga horária falsamente subtraída e consequentemente sua remuneração, embora o trabalho online demande ainda mais tempo de preparação”, avalia.

Em seu estudo, Amanda Silva mostra que a relação professor-aluno, que em uma sala de aula convencional é de aproximadamente 40 para um, pode chegar a 400 alunos para

Adércia Hostina alerta para o afrouxamento das garantias trabalhistas para professores



Foto: Arquivo pessoal

um professor, em uma plataforma online. “Se esta forma de organização do trabalho prospera, um professor, em sua casa, atende 400 alunos ‘online’. A própria plataforma monitora o tempo gasto pelo professor e gera a base de sua remuneração”, explica.

Para a Adércia, a normalização desse processo de distanciamento social, bem como a falsa noção de que os docentes devem dar conta dessa demanda a todo custo, como troca dos processos de aulas presenciais, irão aprofundar ainda mais as desigualdades sociais educacionais do país, agora com ênfase no acesso à internet que, segundo ela, é um serviço ainda caro e prestado com má qualidade.

“Não se faz trabalho remoto apenas migrando o conteúdo das aulas presenciais para as plataformas virtuais”, pontua a pedagoga. “Precisamos lidar com o fato de que a imensa maioria dos docentes não tem especialização no uso das tecnologias. E que as próprias instituições de ensino, muitas vezes, não dispõem do aparato tecnológico para essas demandas”, avalia. Na sua opinião, a prioridade deveria ser garantir o acesso universal dos estudantes às ferramentas tecnológicas de ensino, a capacitação dos professores e os processos de acompanhamento e avaliação das aulas não presenciais. “A questão é que essa sequência de fatores necessários não se dá no meio de uma crise sanitária de nível mundial, ainda mais quando são irrelevantes para o governo federal e para o próprio Ministério da Educação”, lamenta Adércia.

A pedagoga lembra que o ensino à distância começou como uma alternativa para os lugares onde não era possível o acesso à educação tradicional, como no campo e em áreas ribeirinhas. “A ampliação da demanda, contudo, faz com que o ensino à distância nem sempre seja ofertado com a devida preocupação em relação à qualidade”, explica Adércia. “No ensino superior, por exemplo, isso deixa muito a desejar no quesito principal, que é a garantia de excelência. Já no caso da educação básica, independentemente de acontecer no setor privado ou na rede pública, isso trará consequências estruturais, com o desmonte da docência, da inclusão e da educação como política social”, pondera. “Um dos efeitos será, em pouco tempo, o escoamento de dinheiro público para a iniciativa privada e um abismo social e meritocrático a ser enfrentado”, conclui.

Ranqueamento de docentes

Para Amanda Silva, a tendência à *uberização* do trabalho docente pode vir a aliar o trabalho intermitente com o monitoramento, fazendo com que os sistemas de reputação sejam utilizados como um mecanismo de controle mais rígido para estilos disciplinares centralizados.

Na economia do compartilhamento, há uma relação direta entre fornecedores de serviço e consumidores, na qual as regras de proteção do consumidor são substituídas por algoritmos e sistemas de classificação. “Como na Uber, em que, no coração do controle, está o sistema de reputação do motorista, que permite aos passageiros classificar os condutores, o mesmo poderia ser atribuído ao trabalho docente. Assim, os professores também poderiam ser avaliados por estas plataformas e, dependendo do resultado de seu desempenho, permaneceria ou não como um candidato ao trabalho”, conclui.



Foto: Raquel Aviani/Secom UnB

Segurança de dados

As plataformas digitais se tornaram intermediárias fundamentais da educação. Essa é a avaliação de Tel Amiel, professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e coordenador da cátedra UNESCO de EaD da UnB. Ele se baseia em dados do projeto Educação Viglada, que, dentre outras vertentes, foca em informações sobre como a América do Sul está se tornando dependente desses espaços. Para o professor, as universidades dependem do uso de aparatos técnicos, como e-mail ou equipamento de videoconferência. “Esses espaços se tornaram, de fato, uma plataforma de mediação pedagógica e, em muitos casos, de gestão”, assegura.

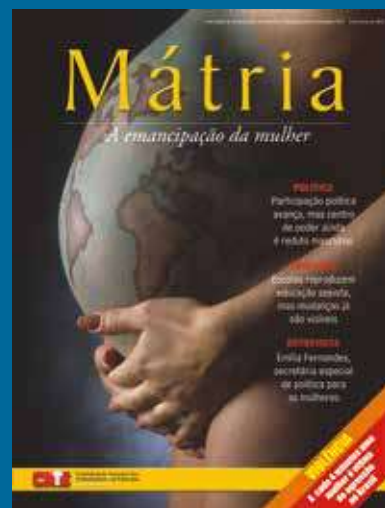
O professor afirma que o movimento, que se iniciou antes da Covid-19, se consolidou na pandemia. “Esse movimento surge com a precarização do investimento na educação pública e corrobora uma moção de educação chamada, erroneamente, de híbrida, que transforma todos os níveis de ensino em momentos que misturam o presencial e virtual”, explica.

Tel Amiel destaca que o problema, segundo ele, foi a forma acelerada e a falta de diálogo sobre como essa plataformização se daria. “A gente cria uma dependência gigantesca, nem olha para alternativas porque está todo mundo lá e o trabalho de migração seria muito mais complicado. Você está na mão da empresa, principalmente pela oferta do serviço gratuito”, afirma.

Outro fator preocupante para os pesquisadores que estudam o tema, principalmente em empresas como a Google, por exemplo, é o modelo de oferecer serviços gratuitos e a troca de mineração de dados. “O valor desses dados é imenso e nós não percebemos o quanto estamos pagando com eles”, avalia. “O grande problema dessas empresas é que elas têm ordem de lucro do tamanho de estados e nações. Ou seja, estamos tratando de uma concorrência muito difícil”, afirma.

Segundo o professor, os pesquisadores trabalham, há algum tempo, para oferecer modelos de alternativas. “Conversamos com a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e com a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), que mantêm sistemas para universidades públicas, como o de conferência web, que é utilizado por instituições públicas no Brasil e que funcionam muito bem”, avalia. “O problema é que, para resolver a questão de videoconferência das universidades públicas do Brasil, por exemplo, o investimento do Ministério da Educação é irrisório”, aponta.

Para Tel Amiel, é preciso ter um olhar atento a uma regulamentação sobre o tema. “A maioria das universidades não entende essas parcerias como contratos. Não existe debate nessas instituições. Em muitos casos, as universidades parecem ver essa situação como uma adesão ao serviço gratuito”, conclui.



Há 20 anos

Em 2003, Mátria já apontava o crescimento das mulheres no mercado de trabalho. Paralelamente, também denunciou a precarização dessa participação: as mesmas estatísticas denunciavam que elas estavam mais desempregadas que os homens e continuavam ganhando menos, em média, apesar de possuírem mais escolaridade.

Antes mesmo da ideia de economia do compartilhamento que, aparentemente, cria alternativas como a ocupação remota, Mátria mostrava que era cada vez maior o número de mulheres que precisam trabalhar para sustentar sozinhas suas famílias e não tinham com quem deixar seus filhos.

NÃO É UMA CRISE, É UM PROJETO: OS EFEITOS DAS REFORMAS DO ESTADO ENTRE 2016 E 2021 NA EDUCAÇÃO

Subsídios para uma análise a partir de raça e gênero

O presente resumo é referente a um estudo que caderno dá continuidade ao estudo **NÃO É UMA CRISE, É UM PROJETO: OS EFEITOS DAS REFORMAS DO ESTADO ENTRE 2016 E 2021 NA EDUCAÇÃO**, produzido pela **Campanha Nacional pelo Direito à Educação** com apoio da **ActionAid Brasil** e **ActionAid Internacional**. O projeto teve o objetivo de mapear parte das medidas de austeridade implementadas e em discussão no país nos últimos 5 anos, colocando luz na lógica de sufocamento das políticas públicas, e é composto por dois cadernos: o primeiro deles aborda os impactos de tais medidas na educação e o segundo e presente caderno, apresenta dados analíticos a partir dos marcadores de gênero e raça, buscando compreender como essas categorias estão presentes nas desigualdades educacionais. O texto integral dos dois cadernos pode ser encontrado em: <https://shortest.link/2VoZ>

1. As desigualdades estruturais de gênero e raça no Brasil - um panorama.

Ainda que o alcance da igualdade estabelecida pela Constituição Federal de 88 tenha sido previsto na implementação de políticas públicas e que alguns avanços sociais tenham sido alcançados, ainda são necessárias constantes reafirmações, especialmente diante dos recentes retrocessos.

Em 1º de janeiro de 2003, no início do primeiro mandato de Lula, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com status de Ministério e vinculada à Presidência da República, pode ser considerada um marco nessa história, promovendo avanços significativos e também a articulação de ações entre ministérios, de forma a garantir as especificidades das mulheres nas políticas públicas de diversas pastas (TEIXEIRA, 2018, p.282).

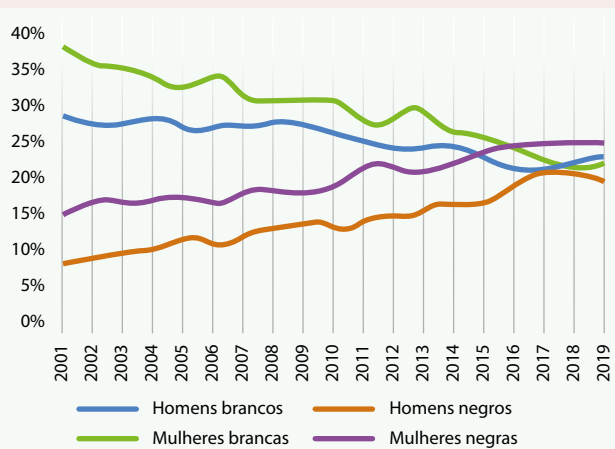
Outro avanço fundamental foi a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Entre as principais políticas de igualdade racial implementadas pela SEPPIR destacam-se a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e o Plano de Enfrentamento à Violência contra a Juventude Negra.

Em 2012, a Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, sancionada por Dilma Rousseff, regulamentou a iniciativa

no Brasil, definindo que as Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação e as instituições federais de ensino técnico de nível médio devem reservar 50% de suas vagas para as cotas.

Desde sua implementação, o ensino superior brasileiro se tornou, de fato, mais inclusivo e democrático. O Censo do Ensino Superior elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) mostra um aumento significativo entre as matrículas de estudantes negros e negras de graduação, saindo de 11% em 2011 para 30% em 2016, como se identifica no gráfico a seguir.

Proporção de matriculados no ensino superior público (graduação) por cor/raça e sexo (2001-2019).



Fonte: OLIVEIRA; WELLE; BATISTA, 2021.

Porém, a presença de estudantes negros e negras ainda é maior em cursos das áreas de humanas, sendo que cursos como medicina e medicina veterinária contam com menos diversidade nas salas de aula: há apenas 1 estudante negro/a para cada 16 estudantes brancos/as. Nos cursos de odontologia e arquitetura e urbanismo, a média é de 1 estudante negro/a para cada 12 brancos/as. Já nos cursos Sociologia e Filosofia esta proporção é de um/a estudante negro/a para cada três e quatro estudantes brancos/as, respectivamente¹. São justamente os cursos da área de humanidades, em que a

1 Proporção a partir dos dados do Censo 2017. Mais informações em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2019/05/09/ameaca-cortes-bolsonaro-cursos-de-ciencias-sociais-humanas-diversidade.htm> E também: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/cresce-total-de-negros-em-universidades-mas-acesso-e-desigual>

diversidade em sala de aula é maior, os mais ameaçados por cortes e suspensão de financiamento de pesquisa.

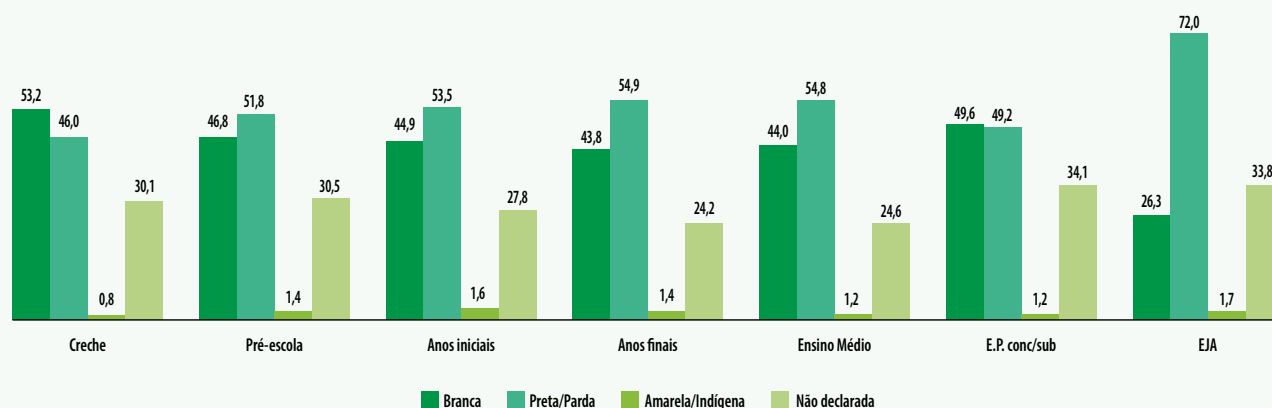
Já em relação à educação básica, em 2020, foram realizadas 38.504.108 matrículas na educação pública, de acordo com o Censo da Educação Básica de 2020. A maioria (90,5%) das e dos estudantes brasileiros estuda em escolas públicas. Ainda de acordo com o Censo, as maiores proporções de alunas/os de cor/raça branca são identificadas na creche (53,2%) e na educação profissional (49,6%), representando mais da metade das e dos estudantes dessas etapas.

Na educação profissional, temos que a maioria (49,6%) se declara branca e 49,2% se declaram preta/parda. Por outro lado, os estudantes pretos e pardos são maioria nas demais etapas de ensino, em especial na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que representam 72,0% dos alunos, dado que evidencia a desigualdade de acesso e permanência na educação formal que atinge estudantes brancos/as e negros/as.

Ainda em relação ao segmento de EJA, o Censo revela que a maioria das matrículas (61,3%) é de alunas e alunos com menos de 30 anos de idade, sendo que nessa faixa etária alunos do sexo masculino também são maioria, correspondendo a 56,8%, evidenciando um processo de exclusão que atinge com maior força os jovens negros.

Vale também indicar que a porcentagem das e dos estudantes autodeclarados amarelos/indígenas se mantém próxima em todas as etapas de ensino: 0,8% na creche, 1,4% na pré-escola, 1,6% nos anos iniciais, 1,4% nos anos finais, 1,2% no ensino médio e 1,2% no ensino profissionalizante e ensino médio. Na educação de jovens e adultos esse valor é de 1,7. No gráfico a seguir é possível visualizar a distribuição das e dos estudantes brasileiros segundo raça.

Percentual de matrículas, por cor/raça, segundo etapas de ensino – Brasil – 2020



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica

Todavia, desde 2015, o Brasil tem passado por um retrocesso dos avanços sociais que haviam sido conquistados durante as duas décadas anteriores. Simbolicamente, logo após o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, a SEPPIR foi extinta e integrada ao que hoje se estrutura como Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Dois anos depois, a SPM sofreu o mesmo destino. Aliás, em 2018, o orçamento destinado às políticas com foco na promoção da autonomia e combate à violência contra mulheres sofreu um corte de 83%, saindo de R\$147 milhões² para R\$24 milhões. O drástico corte fez com que, entre 2014 e 2017, 164 serviços especializados de atendimento à mulher, como abrigos e delegacias especializadas, fossem fechados (TEIXEIRA, 2018, p. 285)

De forma ampliada e com uma agenda de austeridade que ecoa princípios e recomendações internacionais, o governo federal tem, desde então, enfraquecido políticas sociais, desfinanciando serviços públicos e fragilizando sistemas de proteção social através de uma série de reformas que afetaram estruturas da legislação trabalhista, fiscal e da própria burocracia estatal. Os impactos de tais medidas são sensíveis para a população brasileira, mas há segmentos sociais e populacionais que são mais fortemente impactados, especialmente os que são historicamente vulnerabilizados, como as mulheres e a população negra.

Oliveira e Alloatti (2021b), em revisão da bibliografia internacional, classificaram os impactos das políticas de austeridade nas mulheres em eixos como saúde, violência, pobreza, mercado de trabalho, entre outros, e evidenciam que as mulheres são, em geral, mais impactadas.

Além do mais, como a pesquisa organizada por Dweck, Oliveira e Rossi (2018) revela, a austeridade é, também, racista:

2 Em conversão do dia 14/09/2021, US\$ 1,00 equivalia a R\$ 5,22. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/conversao>

O Brasil não é uma democracia racial em que pessoas de todas as raças e cores vivem em harmonia e equilíbrio. Dados sobre a distribuição de renda e acesso a direitos sociais mostram que o mito da democracia racial no Brasil é falso: negros estão mais sujeitos à violência, à precariedade no mercado de trabalho, têm menos acesso a direitos sociais e menor renda, o que é reflexo do nosso passado escravocrata. Em termos orçamentários, a criação da Secretaria de Igualdade Racial, com status de Ministério, foi um marco na visibilidade orçamentária das ações de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial. Em 2015, a Secretaria foi extinta e desde então, a prioridade dada ao tema tem regredido não apenas em termos da importância, mas da execução orçamentária. Tanto em 2016 quanto em 2017, as ações de fomento às ações afirmativas e ao desenvolvimento local para comunidades remanescentes de quilombos, bem como fortalecimento institucional dos órgãos estaduais e municipais tiveram um forte declínio, comprometendo a redução das desigualdades raciais³.

No Brasil, onde as desigualdades de gênero e raça são históricas e expressivas, o cenário recente da austeridade provocou agravamentos e aprofundamentos. Alguns dados nos permitem delinear melhor esse cenário:

• **Em relação ao mercado de trabalho:**

Um dos efeitos imediatos das políticas de austeridade é o impacto no mercado de trabalho, sendo que, no Brasil, o desemprego tem cor e sexo: no último trimestre de 2017, dos 12,2 milhões de desempregados, quase dois terços (64%) eram homens e mulheres negras. Quando se segmenta o desemprego por sexo, 50,6% eram mulheres e, entre elas, 64% eram negras (TEIXEIRA, 2018, p. 288).

Em 2019, as mulheres também tiveram menor taxa de participação. Considerando a parcela da população em idade de trabalho acima de 15 anos, apenas 54,5% das mulheres estavam trabalhando ou procurando trabalho, enquanto a taxa para os homens era de 73,7%. Ao considerar as mulheres pretas ou pardas a taxa de participação na força de trabalho é ainda menor, apenas 53,5% estão trabalhando ou em busca de trabalho (IBGE, 2021).

• **Em relação à jornada dupla e tripla de trabalho e ao trabalho reprodutivo:**

Sobre as mulheres há a sobrecarga de maior jornada de trabalho doméstico e cuidado com crianças, influenciando sua inserção no mundo do trabalho. O indicador

de nível de ocupação de pessoas de 25 a 49 anos, desagregado em sexo e pela existência de crianças menores de 3 anos no domicílio, indica que as mulheres que vivem com crianças apresentam menor ocupação no mercado de trabalho. Em 2019, 54,6% das mulheres com crianças estavam ocupadas no mercado de trabalho, abaixo dos 67,2% das mulheres que não possuíam filhos ou cuidavam de crianças. Para os homens com filhos, 89,3% estavam ocupados. As mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos apresentaram os menores níveis de ocupação, menos de 50% (IBGE, 2021).

As mulheres também dedicam mais horas aos cuidados e afazeres domésticos, caracterizando dupla jornada de trabalho. Elas dedicaram, em 2019, cerca de 21,4 horas semanais contra 11,0 horas dos homens. As mulheres pretas ou pardas dedicam ainda mais horas aos afazeres domésticos (22 horas/semana), segundo o levantamento do IBGE.

A jornada de trabalho doméstico influencia também as ocupações no mercado de trabalho. A conciliação entre atividade doméstica e trabalho remunerado resulta em trabalhos mais precários. Ao considerar as jornadas de trabalho parcial, cerca de 1/3 das mulheres possuem empregos em jornada de até 30 horas, contra 15,6% dos homens. As mulheres pretas ou pardas eram as que mais exerciam trabalho parcial (32,7%) (IBGE, 2021).

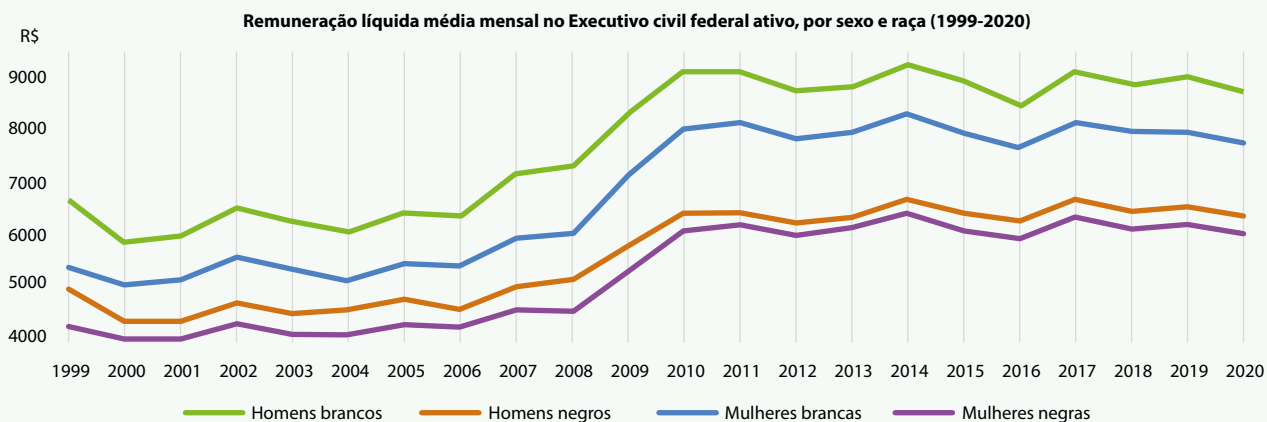
• **Em relação à diferença salarial:**

No mercado de trabalho brasileiro, a remuneração para as mulheres na média é 33,3% menor do que para os homens. Nos grupos de maior rendimento, tais como diretores e gerentes, as mulheres recebem ainda menos, apenas 61,9% do rendimento dos homens (IBGE, 2021).

Em levantamento realizado por TEIXEIRA (2018), no período de 2014 a 2017, a partir de dados do IBGE, os contrastes salariais foram expressivos: no último trimestre de 2017 as mulheres negras recebiam em média 43,1% do rendimento dos homens brancos e 46,4% das mulheres negras recebiam 1 salário-mínimo.

No serviço público, esse cenário não é diferente, sendo que as desigualdades de gênero e raça também se fazem presentes tanto no preenchimento de cargos gerenciais como na remuneração: as mulheres recebem menos que os homens em todos os níveis e carreiras durante toda a série histórica mapeada pelo IPEA. Uma das explicações para esta persistente desigualdade é a presença majoritária de mulheres em cargos e carreiras com menores salários. Além disso, as desigualdades salariais são fortemente impactadas por fatores como gênero e raça, como se apreende do gráfico a seguir:

3 Entre 2016 e 2019, o orçamento de promoção da igualdade racial caiu 71%. Negros e quilombolas foram excluídos do Plano Plurianual (PPA) de 2020-2023; estes grupos e a palavra racismo sequer são mencionados no plano. Atualmente, a Secretaria de Políticas e Promoção de Igualdade Racial (Seppir), sob o guarda-chuva do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), tem executado apenas valores referentes aos “restos a pagar”, relativos a recursos autorizados em anos anteriores, mas não executados, sem que haja previsão de entrada de novos recursos. Sobre o assunto, conferir relatório ActionAid e Gênero e Número, “Mapeamento de boas práticas de monitoramento do orçamento público com foco em gênero, raça e etnia, e juventude” (2021).

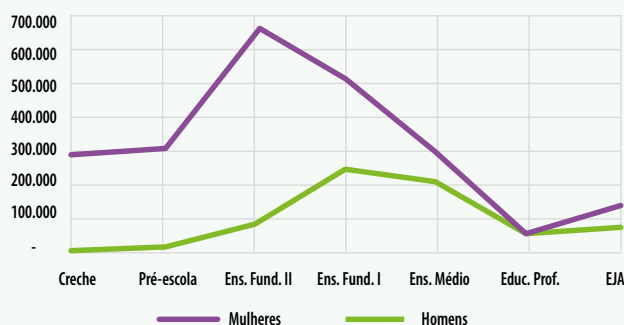


Fonte: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/145>

No segmento da educação pública o cenário não é diferente e alguns dados são relevantes para a presente análise.

Há cerca de 1.738.512 mulheres professoras da educação básica de ensino no Brasil, atuando na rede pública e privada. As docentes são a grande maioria na educação básica: segundo dados do Censo Escolar 2020, 79,4% são mulheres. Apesar de serem a maioria do professorado brasileiro, as desigualdades persistem. No gráfico a seguir é possível apreender que com o avanço da etapa de ensino a presença de mulheres diminui.

Composição docente da educação básica por sexo.



Fonte: Censo Escolar 2020

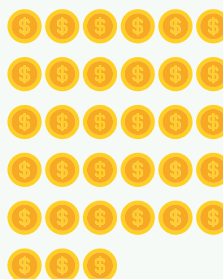
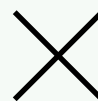
Em relação ao critério raça, se o acesso de estudantes negros e negras ao ensino superior aumentou, como indicamos anteriormente, o mesmo não se repetiu com o professorado. Após a implementação de cotas em concursos públicos, em 2014, o número de professoras e professores negros no ensino superior cresceu apenas 8%, chegando a 65.249 profissionais atuantes nesse segmento, o

que representa apenas 16,4% de todas e todos os professores brasileiros do ensino superior⁴.

Um outro dado relevante diz respeito à desigualdade salarial: já que as mulheres que atuam profissionalmente na educação trabalham principalmente nos níveis iniciais e no âmbito municipal, sua remuneração tende a ser mais baixa. Uma professora recebe em média R\$ 3.294 mensais, enquanto os professores recebem R\$ 3.706, uma diferença de 12%, como evidenciado no gráfico a seguir⁵.

PROFESSORES GANHAM 12% A MAIS QUE PROFESSORAS NO BRASIL

Uma professora ganha, em média, R\$ R\$ 3.294 por mês; já um professor recebe R\$ 3.706

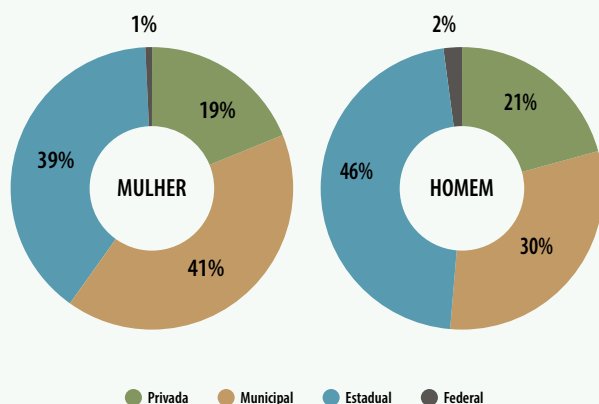


4 Ver: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/10/05/n-de-alunos-negros-na-universidade-explode-entre-docentes-alta-e-timida.htm>

5 Ver: <https://piaui.folha.uol.com.br/professores-ganham-12-mais-que-professoras-no-brasil/>

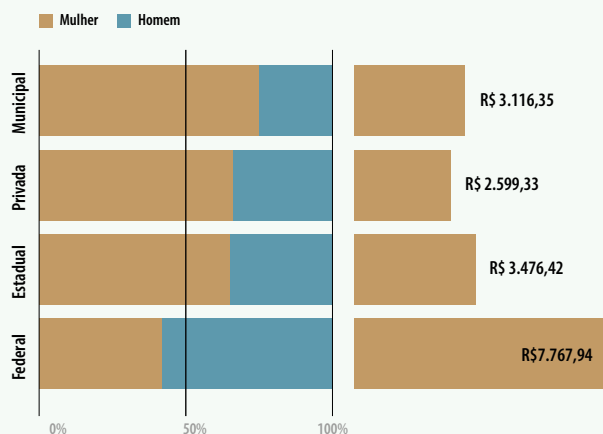
É importante sinalizar que as professoras de ensino infantil e fundamental I estão em sua maioria na rede municipal de educação, recebendo em média R\$ 3.116,35. Enquanto os maiores salários, com média de R\$ 7.767,94, estão localizados na rede federal de ensino, composta principalmente por homens⁶. Esse é um dos elementos que pode impactar na diferença salarial, como se verifica no gráfico a seguir:

Composição por sexo nas redes de ensino e salário médio calculado para 40h semanais



HOMENS SÃO MAIORIA NA REDE FEDERAL, QUE TEM MAIOR REMUNERAÇÃO

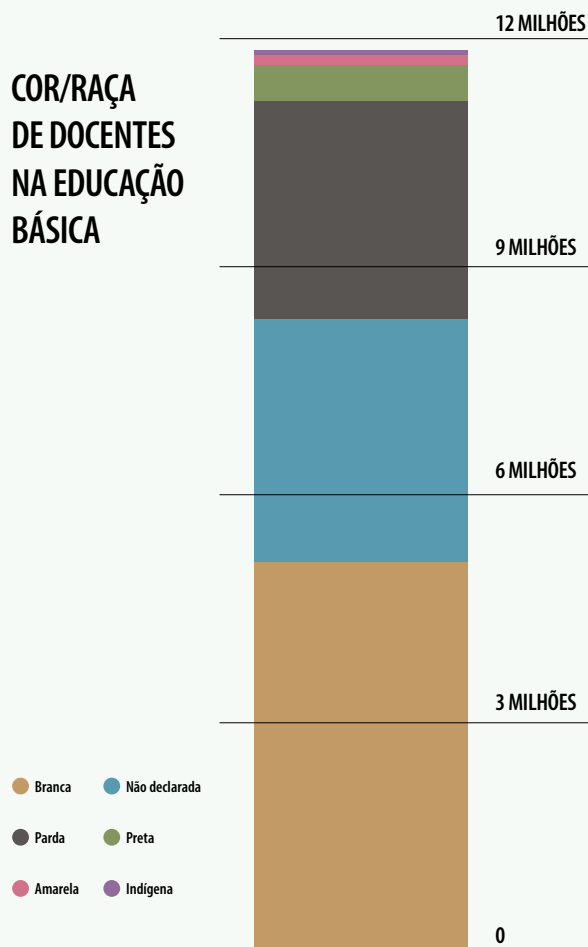
REMUNERAÇÃO MÉDIA POR 40H SEMANAIS



Fonte: Gênero e Número (2018)

Ainda hoje, na educação básica, o cenário não é diferente: embora a maioria do professorado brasileiro seja feminina, a maioria também é branca, como se depreende dos dados a seguir.

COR/RAÇA DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA



Fonte: Gênero e Número (2018), a partir dos dados do Censo Escolar de 2017.

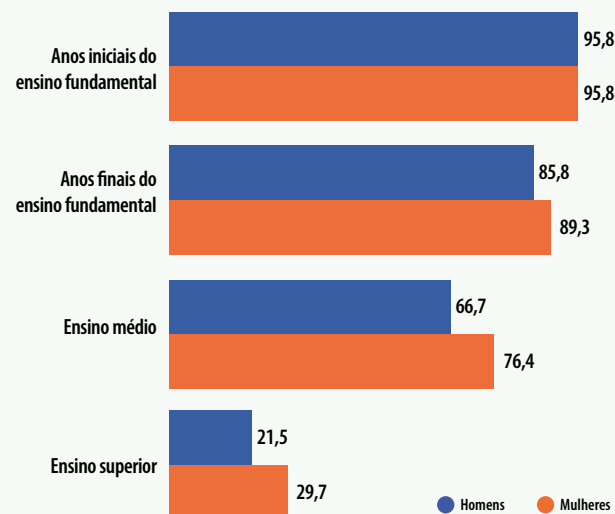
Este cenário profundamente desigual, em que as assimetrias entre homens e mulheres, e brancos/as e negros/as perpassam tanto as condições de vida, trabalho e oportunidade de inserção social, tem contribuído para um processo denominado “feminização da pobreza”. É importante ressaltar que este fenômeno está ligado diretamente ao modo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, por meio de trabalhos de caráter parcial ou em regime temporário, de menor qualificação ou na economia informal. Alguns dados nos permitem delimitar melhor esse cenário:

• Em relação ao nível de instrução:

Se para a ocupação e remuneração as mulheres são desfavorecidas no mercado de trabalho, não é devido ao nível educacional. As brasileiras, em média, são mais instruídas que os homens. A taxa de frequência escolar para as mulheres é maior que para os homens, principalmente no ensino superior, como se destaca:

6 Fonte: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/metodologia-inedita-do-inep-abre-debate-sobre-remuneracao-media-de-professor-da-educacao-basica/21206

TAXA AJUSTADA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR LÍQUIDA, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019

O acesso à educação das mulheres brancas e pretas, contudo, é desigual. As mulheres pretas ou pardas apresentavam, em 2019, taxa de frequência no ensino superior de 22,3%, já a das mulheres brancas era de 40,9%. No cenário da educação superior as mulheres brancas têm mais acesso que mulheres negras e homens negros e brancos (IBGE, 2021).

• Em relação à participação na vida pública:

A participação efetiva das mulheres na vida pública não envolve cargos de liderança, nem no setor público, nem no privado. Segundo dados do IBGE 2021 sobre estatísticas de gênero, o Brasil é um dos mais desiguais em cargos de liderança. As mulheres são sub-representadas no sistema político brasileiro. O percentual de mulheres parlamentares, um indicador de desigualdade de gênero, no país foi de 14,8% em 2020, colocando o Brasil na posição 142º em um ranking com 190 países. Em nível local, em 2020 foram eleitas 9 mil vereadoras representando 16%, frente a 473 mil homens. As vereadoras negras representam apenas 3,5 mil (6,3%). Somos a maioria, mas mesmo com a lei n. 12.034, de 2009, que prevê cotas obrigatória de 30% no mínimo de mulheres candidatas por partido ou coligação, as candidaturas pouco ultrapassam o previsto em lei. A escolha ministerial também privilegia os homens: em 2020 contávamos com apenas 2 ministras, frente a 20 ministros

• Em relação à violência:

Em 2013 o país alcançou a 5ª posição no ranking mundial de homicídios de mulheres. O feminicídio, entretanto, é a etapa final de um ciclo de violência, que envolve episódios como assédio, estupro, exploração sexual, agressões, violência psicológica, tortura e cárcere privado, entre outras formas de violência. Entretanto, a violência não atinge mulheres brancas e negras da mesma forma.

Segundo o Atlas da Violência de 2021, no período de 2009 a 2019, foram assassinadas 50.056 mulheres no país. Enquanto o número de mulheres não negras caiu 26,9%, o número de mulheres negras assassinadas aumentou 2%. Se tomarmos por base apenas o ano de 2019, vemos que de todas as mulheres assassinadas no país, 67% eram negras⁷.

A violência também acomete de formas diferentes meninas negras. O recente estudo – e primeiro do tipo no país – “Intersection of Race and Gender in Self-Reports of Violent Experiences and Polyvictimization by Young Girls in Brazil”⁸ (em tradução livre “Intersecção de Raça e Gênero em Auto Relatos de Experiências Violentas e Polivitimização por Meninas no Brasil”) analisou as violências relatadas por adolescentes em relação às características como raça ou cor da pele, religião, região ou origem, orientação sexual, aparência do corpo e rosto, etc. O estudo comprova a polivitimização de adolescentes pretas, sujeitas até três vezes mais a situações de violência, como bullying, violência física e relação sexual forçada quando comparadas a adolescentes brancas, do mesmo nível socioeconômico, local de residência e idade⁹.

• Em relação à vulnerabilidade social:

Dados do Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe¹⁰ revelam que, em 2019, para cada 100 homens vivendo em lares pobres da região, existiam 112,7 mulheres na mesma situação. No Brasil a proporção é muito próxima à média latino-americana, existindo 112,6 mulheres em lares pobres para cada 100 homens. Esse indicador revela que as políticas de redução da pobreza e desigualdade não beneficiaram da mesma forma homens e mulheres.

Também é importante indicar que, no Brasil, 68% das famílias chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza (Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE, 2018).

⁷ <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/08/atlas-violencia-2021-infografico-v4.pdf>

⁸ RAMOS, DANDARA & GOES, 2021.

⁹ Para ver mais informações sobre o estudo, visitar: <https://catarinas.info/adolescentes-pretas-tem-tres-vezes-mais-riscos-de-sofrerem-multiplas-violencias/>

¹⁰ Para ver o comparativo entre países da América Latina e Caribe, acessar: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/indice-feminidade-da-pobreza>

2. O que está em risco? Uma síntese das reformas de estado implementadas no Brasil

Dentre um conjunto de medidas implementadas e em discussão no país entre 2016 e 2021, destacamos a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467), aprovada em 2017 e as políticas de austeridade e de cortes (especialmente pautadas na agenda de Teto de Gastos sociais imposta pela Emenda Constitucional (EC) 95 e a Emenda Constitucional (EC) 109), também aprovadas.

EC 95/2016 – Teto dos Gastos

Cria novo regime fiscal, congelando por 20 anos os gastos públicos federais. Restringe financiamento de investimentos públicos e políticas sociais. A EC 95 é a única medida fiscal desse tipo com tão longa duração no mundo.

Impactos: Provoca impactos e sufoca o ensino superior e toda a educação básica brasileira. Reduz investimentos em educação, limitando os investimentos do governo federal na área, o que coloca em risco o Plano Nacional de Educação (PNE). Produz impactos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), além de sufocar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ainda que o analfabetismo tenha aumentado no país nos últimos anos, demandando mais investimentos.

Lei nº 13.467/2017 – Reforma Trabalhista

Altera direitos trabalhistas e sindicais. Cria o trabalho intermitente e flexibiliza direitos, além de enfraquecer a organização sindical.

Impactos: Para todas as categorias docentes que têm seus vínculos trabalhistas regidos pelo sistema privado, os impactos são sensíveis. Além de salários menores e condições de trabalho mais precarizadas, o trabalho intermitente viabilizado pela nova legislação pode fazer com que professoras/es sejam remuneradas/os apenas pelas aulas ministradas, precarizando a docência e impactando diretamente na qualidade do ensino.

EC 109 / 2019 – Controle de Despesas Públicas

Conhecida como PEC Emergencial, determina gatilhos quando os gastos públicos ultrapassarem 95%. Congela salários e determina medidas compensatórias para situações de emergência.

Impactos: Reduz gastos públicos sociais, especialmente através de uma economia feita às custas das e dos servidores públicos, por via de medidas como congelamento de salários, a suspensão de concursos e a limitação de investimentos públicos.

PEC nº 110/2019 – Proposta de Reforma Tributária

Altera sistema tributário nacional, porém não avança em uma agenda tributária solidária, justa e ambientalmente responsável.

Impactos: A vinculação de receitas está mantida na proposta, porém ainda é preciso avançar nos cálculos para compreender se o novo percentual da União (7,79% do IBS) proposto corresponde aos atuais 18% vinculados. Impacta o ensino superior privado e o PROUNI¹¹.

PEC nº 45/2019 – Proposta de Reforma Tributária.

Altera sistema tributário nacional, porém não avança em uma agenda tributária solidária, justa e ambientalmente responsável.

Impactos: Prevê a manutenção dos percentuais de vinculação constitucional, mas também permite flexibilizar os valores nominais através das alíquotas singulares, a fim de beneficiar uma área específica em detrimento de outra, o que pode prejudicar a organização das políticas públicas setoriais. A lógica seguida é a da redução dos serviços estatais e na precarização da carreira das e dos servidores públicos. Extingue o salário-educação. Impacta o ensino superior privado e o PROUNI

PEC nº 32/2020 – Proposta de Reforma Administrativa

Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização do Estado brasileiro.

Impactos: Acaba com a estabilidade, colocando em risco os princípios constitucionais da liberdade de cátedra (art 206, da CF) e a liberdade do alunado em aprender e debater amplamente ideias. Sem a garantia do pluralismo pedagógico, o processo de ensino aprendizagem fica na berlinda, fragilizando práticas pedagógicas críticas e emancipadoras. Veda direitos trabalhistas já consagrados, fragiliza as condições de trabalho e a perspectiva de carreira por parte das e dos servidores. Impacta no regime de contratação de servidores, com impactos no sistema previdenciário e na organização sindical das e dos servidores. Atribui “superpoderes” ao Presidente da República, que podem afetar diretamente as instituições de ensino superior públicas, podendo transformar e extinguir por decreto fundações e autarquias. Possibilita a ampliação da privatização e sublocação do bem público.

PEC 13/2021 – Desobriga os investimentos obrigatórios.

Desresponsabiliza os Estados, o Distrito Federal e os Municípios do cumprimento do mínimo de investimento em educação.

Impactos: Desobriga o cumprimento do mínimo constitucional, colocando em risco o financiamento da educação

O conjunto de medidas analisadas apresenta impactos sensíveis para a sociedade brasileira, seja na precarização e até mesmo interrupção de serviços públicos, seja na

11 O Programa Universidade para Todos (Prouni), criado no ano de 2004 pelo Ministério da Educação (MEC), oferece bolsas de estudos a estudantes brasileiros de baixa renda. As bolsas cobrem entre 50% a 100% das mensalidades de faculdades privadas

fragilização da proteção social. Na educação, estão em risco a garantia do direito à educação, os direitos trabalhistas e as condições de trabalho para as e os professores brasileiros, apresentando riscos à prática pedagógica e, inclusive, à liberdade de cátedra. O Plano Nacional da Educação e a implantação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) também sofrem impactos, inviabilizando a garantia de uma educação de qualidade para as e os brasileiros.

3. Considerações finais e recomendações

Os dados coletados e reunidos neste resumo representam um início de esforço de pesquisa, sendo necessário ampliar a abordagem e recortes analíticos, considerando também, em futuros trabalhos, as populações tradicionais, indígenas, diversidade de gênero, pessoas com deficiência, etc.

Considerando as históricas e estruturais desigualdades brasileiras, que vulnerabilizam segmentos populacionais específicos, recomendamos:

- A prevenção da violência que acomete majoritariamente pessoas negras e mulheres requer o enfrentamento das desigualdades econômicas e sociais sistêmicas e também a garantia, à essas populações, de seus direitos, entre eles o direito à educação;
- Promoção de políticas de equidade de gênero, que abarquem desde o cuidado com crianças e educação infantil até igualdade salarial e de evolução na carreira, para mulheres e pessoas negras;
- A defesa do gasto social como ferramenta de desenvolvimento social e de melhoria global da vida das pessoas.
- A garantia e cumprimento integral das vinculações orçamentárias para as políticas de educação, que constantemente são atacadas em propostas de emenda constitucional;
- Defesa das políticas de democratização do ensino superior brasileiro, inclusive com a ampliação de políticas de permanência, especialmente para estudantes negras/os e de baixa renda;
- Cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Em sete anos de vigência, apenas 5 das 20 metas tiveram cumprimento parcial. Menos de 15% dos dispositivos das metas do Plano Nacional de

Educação serão cumpridos no ritmo em que se tem avançado, até o prazo de 2024. Em balanço realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a três anos do fim de vigência da principal legislação da educação nacional, a estimativa é que, dos 41 dispositivos de meta do PNE mensurados, somente 6 devem ser cumpridos em seus respectivos prazos.

- Regulamentação e implementação do CAQ. Embora a aprovação do Novo Fundeb seja um marco importante para a educação pública brasileira, ainda é insuficiente para a implementação plena do Custo Aluno-Qualidade (CAQ). É fundamental, portanto, que o CAQ seja regulamentado.
- Garantia de recursos para a reabertura segura das escolas. Considerando que ainda estamos no contexto da pandemia de Covid-19 e tendo no horizonte o cenário de pós-pandemia, é fundamental o financiamento adequado para garantir a disponibilidade de todos os insumos necessários para a reabertura das escolas com segurança sanitária, formação das e dos profissionais da educação e outros elementos essenciais - considerando para tal a revogação da EC 95 do Teto de Gastos;
- Criação de políticas e programas de ações afirmativas na educação voltados aos estudantes negros e às meninas negras, com metas de equalização para a redução das desigualdades educacionais, bem como formação de profissionais da educação em raça e gênero (CARNEIRO, 2021);
- Busca ativa de estudantes que evadiram durante o período do ensino remoto, com recorte de raça e gênero, com a realização de pesquisa sobre as condições para o cumprimento das atividades escolares e elaboração de políticas públicas para a permanência desses grupos nas escolas (CARNEIRO, 2021);
- Acesso universal à Internet gratuito para estudantes da educação básica e profissionais da educação durante o período de ensino remoto (CARNEIRO, 2021);
- Oferta de ambientes seguros para a alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, prezando por observar necessidades de encaminhamento para o atendimento nutricional às e aos estudantes em situação de vulnerabilidade;
- E, por fim, a defesa de uma política econômica que assegure direitos e que promova a vida, e não a morte.

Autoras

Andressa Pellanda é coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Bacharel em Comunicação Social, é pós-graduada em Ciência Política (FESP/SP) e doutoranda em Relações Internacionais (IRI/USP).

Helena Rodrigues é assessora de políticas educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. É jornalista formada pela Universidade de São Paulo e mestre em Relações Internacionais na mesma universidade.

Vanessa Pipinis é doutoranda e mestre em Educação (FE/USP). É também especialista em formação de professores (IFSP), jornalista (Faculdade Cásper Líbero) e bacharela em direito (Universidade Mackenzie).

Agrotóxicos colocam em risco a saúde das mulheres no campo

Apesar de estudos comprovarem a relação entre o uso de pesticidas e o câncer, Brasil encerrou 2021 com 562 agrotóxicos liberados, maior número da série histórica

Fátima Cabral acorda todos os dias às seis da manhã e, para começar bem o dia, toma um desjejum composto por um café preto, pão, queijo e, como não pode faltar à mesa de uma mulher agro sustentável, um suco de frutas da época ou, como ela mesmo define, um “suco da sazonalidade”. Na sequência, a família segue para o campo, para as tarefas do dia a dia.

Produtora rural e presidente da Associação dos Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu (Aprospera), em Planaltina-DF, Fátima é contrária ao uso de pesticidas e explica que, diferente do que ronda o imaginário popular, a produção de alimentos sem veneno não é difícil. “Produzir orgânico é, sim, trabalhoso, é um caminho longo. Na contramão desse processo está a agricultura que lança mão de uma bomba de veneno para combater as pragas”, compara. “Mas, junto a isso, vem o desmatamento do solo e os problemas de



Foto: Emater



Fátima Cabral: prática sustentável, agroecológica agroflorestal e orgânica é imprescindível para a saúde da mulher

saúde, que podem acometer não só o consumidor, mas principalmente quem é exposto ao veneno ocupacionalmente”, assevera.

Na avaliação de Carolina Panis, doutora em Patologia, que pesquisou a relação entre o uso de agrotóxicos e o câncer, em mulheres do município de Francisco Beltrão, no Paraná, Fátima está no sentido contrário ao que a agroindústria tenta impor aos produtores rurais. “Ao terminar uma palestra, uma senhora me contou que, após o falecimento do esposo, ela decidiu fazer a transição para o orgânico”, conta Carolina. “Disse ela que tomou um susto quando foi ao banco e a instituição afirmou que não poderia financiar se não utilizasse veneno, pois a plantação sem o uso de pesticidas não garantiria que o negócio vingaria”, lembra.

Como o interesse da pesquisadora é o foco em neoplasia mamária, Carolina percebeu que o número de casos era bastante alto comparado ao Paraná. A média de casos em Francisco Beltrão, até 2019, era cerca de

40% maior que a média do estado que, segundo a pesquisadora, já é bastante alta. “Nesse contexto, a gente precisa pensar em um evento chamado fator de risco. E foi aí que nasceu a vontade de estudar os agrotóxicos”, assegura.

O sudoeste do Paraná é uma região essencialmente agrícola, caracterizada pela agricultura familiar, onde as mulheres participam da pulverização de pesticida ao longo do ano inteiro. De acordo com Carolina, em uma conversa com essas mulheres, ela identificou que pelo menos 60% das que estavam com câncer de mama eram expostas de forma ocupacional aos agrotóxicos.

Diferente da pessoa que consome água ou um alimento pulverizado com agrotóxico, a exposição ocupacional é aquela que se dá de forma severa, contínua e é bastante grave. Nas conversas com as pacientes, Carolina Panis observou que elas tinham uma exposição de duas a três vezes por semana em contato direto, sem luva. Elas participavam na diluição dos agrotóxicos e na pulverização. “E o mais grave, elas ajudam na descontaminação de todos os utensílios, da bomba, de todo material que foi utilizado, e da roupa dos maridos e filhos que fazem a aplicação no campo. E essa descontaminação é feita sem luva”, conta.

Foto: Arquivo pessoal



Carolina Panis: pesquisadora identificou que 60% das trabalhadoras rurais com câncer de mama haviam sido expostas a pesticidas

Ubirani Otero, chefe da Área Técnica Ambiente, Trabalho e Câncer do Instituto Nacional do Câncer (Inca), vinculado ao Ministério da Saúde, lembra que existem evidências de que a exposição a agrotóxicos organoclorados está mais relacionada ao desenvolvimento de câncer de mama. Porém, também existem evidências de que outros grupos de agrotóxicos utilizados nas lavouras, já classificados quanto ao potencial cancerígeno, também podem expor mulheres e estão relacionados a outras localizações primárias de câncer.

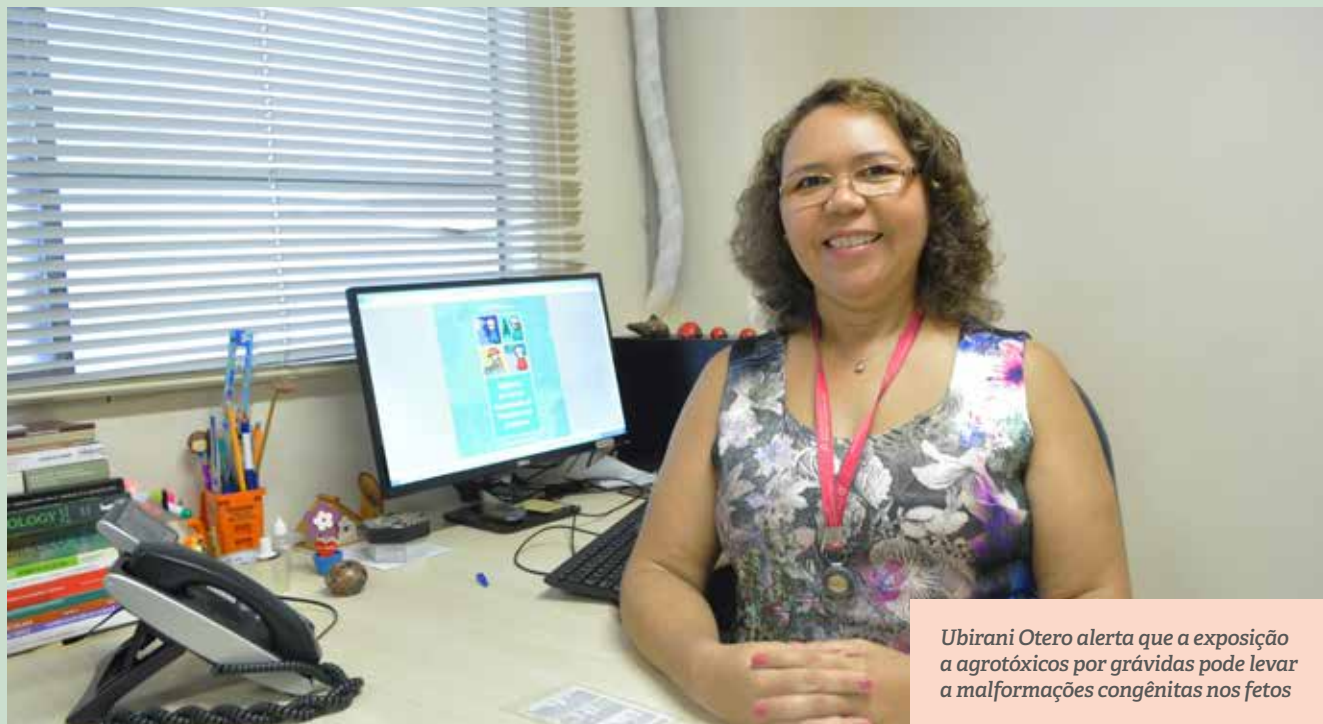
Alguns dos agrotóxicos avaliados foram o glifosato, o 2-4D, o DDT, o lindano, a malationa, a diazinona, o tetraclorvinfós e a parationa. Alguns ainda estão em uso no Brasil. “Deve-se considerar também a exposição múltipla a agrotóxicos, uma vez que a mistura de produtos é comum nas lavouras”, acrescenta. Outro fator

relevante a ser considerado, segundo Ubirani, é o caso de mulheres grávidas, pois a exposição aos agrotóxicos pode levar ao surgimento de malformação congênita nos fetos.

Quando Fátima Cabral levantou a questão da agricultura sustentável, o principal desafio foi, de acordo com ela, vencer a barreira de o homem estar à frente da produção, de fazer da sua forma e vender como ele acreditava. “A mulher tomou a frente e propôs uma nova forma de agricultura, sem uso do agrotóxico que algumas ainda tinham em suas propriedades”, lembra.

“Não se tinha conhecimento agroecológico, orgânico. Depois, nós viemos também a trilhar o caminho da certificação orgânica e isso exigiu nova adequação aos meios de tecnologia, de aprimoramento, de voltar a estudar, a fazer as capacitações”, afirma.

“Existem evidências que a exposição a agrotóxicos organoclorados está mais relacionada ao desenvolvimento de câncer de mama”



Ubirani Otero alerta que a exposição a agrotóxicos por grávidas pode levar a malformações congênitas nos fetos

Foto: Arquivo Inca



Ibama realiza operação de combate ao uso ilegal de agrotóxicos no oeste da Bahia

Fiscalização

Apesar de evidências científicas comprovarem que agrotóxicos são prejudiciais à saúde, o Brasil é um dos países mais permissivos em relação à utilização de venenos pelo agronegócio. O uso das substâncias deve obedecer aos preceitos constantes da Lei Federal nº 7.802/89 e seu Decreto.

Em oposição à ciência e à legislação mundial, que consideram a saúde humana e ambiental acima dos interesses econômicos, o governo do presidente Jair Bolsonaro editou um decreto, em outubro do ano passado, que facilita o processo

de registro de novos agrotóxicos e estipula um prazo de até três anos para a análise sobre a segurança dos defensivos agrícolas.

Nesse caminho, entre os anos de 2016 e 2018, o Ministério da Agricultura realizou 2,8 mil fiscalizações na indústria de agroquímicos. Entretanto, em 2021, esse número caiu para 215. O Mapa não disponibilizou detalhes sobre as operações realizadas – como tipo de infrações, produtos apreendidos e localização das empresas autuadas – que, segundo a pasta, podem ser verificados junto aos governos estaduais.

Na contramão da saúde

O Brasil encerrou 2021 com 562 agrotóxicos liberados, maior número da série histórica iniciada em 2000 pelo Ministério da Agricultura. Ainda em dezembro, o total de aprovações já tinha superado o recorde de 2020. O volume foi 14% superior ao de 2020, quando 493 pesticidas foram autorizados. Os registros vêm crescendo ano a ano no país desde 2016.

Além da permissividade, o Brasil é um dos países que possui mais registros de novos agrotóxicos, incluindo alguns banidos no resto do mundo. Para Carolina Panis, não há uma política efetiva

Caminho para o registro

Para obter o registro, as empresas interessadas devem submeter o produto a três órgãos reguladores: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Em um primeiro momento, a Anvisa avalia e classifica os riscos do produto à saúde humana. Em seguida, o Ibama avalia o risco do produto para o meio ambiente e o divide em classes de acordo com o perigo que representa. Por fim, o Mapa verifica a eficácia do produto. Ele analisa se a composição é capaz de matar as pragas e as doenças das plantações. Após o aval da Anvisa e do Ibama, é Ministério que formaliza o registro do produto.

de enfrentamento dessa questão. “As pessoas querem comer, mas elas não focam no que tem por trás do alimento. Existe toda uma cadeia de contaminação, de quem está adoecendo e quem está morrendo”, opina.

Nesse contexto, Fátima Cabral acredita que a sociedade e o governo podem contribuir para o fortalecimento da produção de orgânicos dando visibilidade ao trabalho das pessoas do campo. Segundo ela, é preciso que todos saibam o que

representa o trabalho dessas pessoas. “O sistema das comunidades que sustentam a agricultura é maravilhoso. Não resolve tudo, mas faz a ponte direta de quem produz para quem consome, sem intermediários. Isso é muito importante porque os intermediários ganham muito em cima de um trabalho árduo, de sol a sol, de chuva a chuva”, avalia.

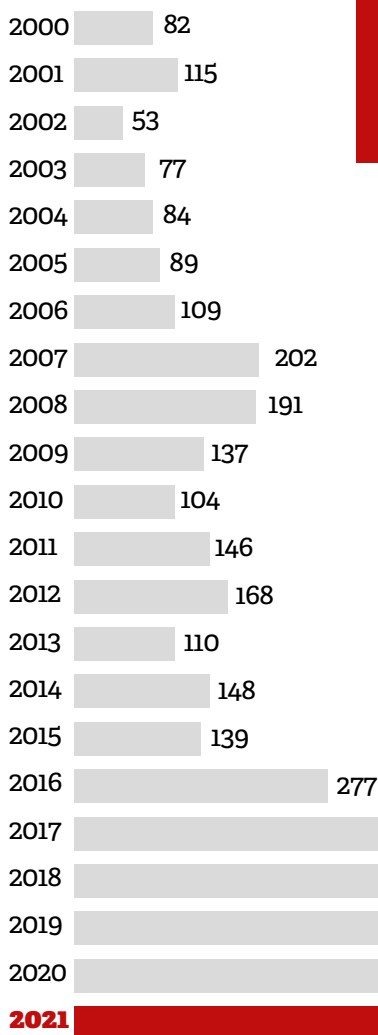
Carolina lembra que um dos pilares de sustentação do PIB brasileiro é a agricultura para exportação, a que

utiliza agrotóxico. “Então eu não vejo uma luz no fim do túnel nesse sentido. Mas falando como profissional de saúde, acredito que um fator importante é a falta de política para proteger essas populações”, opina.

Ela questiona, por exemplo, quem está educando as pessoas para que elas não se exponham ao agrotóxico sem os cuidados necessários. “Nós passamos uma manhã inteira numa vila rural conversando com várias famílias. Percebemos que as mulheres também colocam a roupa dentro da máquina de lavar que, por sua vez, fica toda contaminada. O que acontece? Após essa lavagem, vem a roupa do bebê, as toalhas de banho, as roupas de cama, ou seja, ocorre uma contaminação cruzada de toda a família”, explica.

As pesquisas lideradas pela Patologista mostram ainda que os agrotóxicos são fator determinante para quimio resistência. Em outras palavras, a quimioterapia costuma ser menos eficaz em pacientes que manuseiam e têm contato frequente com esses ativos sem proteção, como as agricultoras familiares do sudoeste do Paraná.

Registros no ano



Registro de agrotóxicos no Brasil

Governo registrou em 2021 o maior número de pesticidas desde o início da série histórica



Carolina Panis ressalta que, atualmente, a ciência não consegue determinar se o agrotóxico causa câncer de mama e, segundo ela, esse não é o objetivo, já que para conseguir mostrar esse resultado, a mesma população deveria ser estudada desde o nascimento até cerca de setenta anos. “Isso está bastante longe da nossa realidade. Então, o que fazemos? Estudamos quem é exposto ou não exposto e olhamos para o câncer, para visualizar o comportamento da doença e como vai ser o desfecho dela lá na frente. Então, eu acho que a partir do momento em que eu sei que uma mulher é exposta ocupacionalmente, eu preciso de uma política de acompanhamento”, propõe.

Para Ubirani Otero, um dos problemas a ser mencionado é que, uma vez lançados no solo, os agrotóxicos podem ser transportados em grandes quantidades pelas águas das chuvas, atingindo, principalmente, águas superficiais como rios e lagos. Podem também se infiltrar no solo e atingir as águas subterrâneas, que servem ao consumo humano e de animais.

“Fazem parte desse grupo os organoclorados como aldrien, diel-drin, heptacloro, mirex, toxafeno, DDT, lindano, endosulfan etc.”, explica Ubirani. “São proibidos no Brasil, mas seus metabólitos ainda podem ser encontrados em tecidos e leite humanos e de animais, uma

vez que têm afinidade por tecidos gordurosos”, explica.

Já de acordo com Fátima Cabral, a prática sustentável, agroecológica, agroflorestal e orgânica é imprescindível para a saúde da mulher, porque vem ao encontro da essência de cuidado e acolhimento. Sair de uma produção convencional é, para ela, retomar o fluxo natural da vida. “A gente vive um momento em que não tem mais para onde correr e destruir. O caminho agora é de restaurar, de cuidar, de tomar consciência do valor e da importância da terra. É preciso que essa terra esteja nutrida e saudável”, assegura.

Mulheres indígenas se organizam contra os ataques às suas terras

“A garantia do território é que assegura
também a nossa essência”, afirma a
líder indígena Sônia Guajajara



Em junho de 2021, a luta indígena pela defesa dos territórios de seus ancestrais ganhou destaque no noticiário nacional. Foi aprovado, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 490/2007, que faz mudanças na Lei 6.001/1973 (o Estatuto do Índio), tirando da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a competência pela demarcação das terras indígenas e instituindo o chamado Marco Temporal, o qual determina que são terras indígenas apenas aquelas que estavam ocupadas pelos povos tradicionais em 5 de outubro de 1988, dia da promulgação da atual Constituição Federal. O que significa que, se virar lei, vai deixar vulneráveis os limites das terras dos povos indígenas e à mercê do agronegócio, do garimpo ilegal, da grilagem de terras e do desmatamento criminoso de madeiras clandestinas.

*2ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas,
realizada em Brasília no mês de agosto de 2021*

A ativista e líder indígena Sônia Guajajara conta que, embora a Constituição brasileira garanta a demarcação dos territórios indígenas, a luta para que esse direito seja assegurado ainda é a maior do povo indígena. “Para nós, a garantia do território é que assegura também a nossa essência, enquanto ser humano, enquanto indígena, porque a terra para nós é a mãe”, desabafa.

Coordenadora executiva da Articulação dos povos indígenas do Brasil (APIB), a ex-candidata à vice-presidência da República pelo PSOL alerta que, no atual governo brasileiro, a terra virou o principal objeto de disputa política e econômica para atender a ganâncias mercadológicas ligadas à terra. “Ainda em campanha, Bolsonaro anunciou que, no seu mandato, não teria nenhuma terra demarcada para povos indígenas. Então, ele vem cumprindo isso. Tentando adotar medidas, com

a sua base aliada no Congresso, para flexibilizar esse direito e entregar o território indígena para o agronegócio, a mineração, a indústria madeireira”, ironiza.

Vale lembrar que, além de lutar contra a instituição do chamado Marco Temporal, as mulheres indígenas ainda enfrentam problemas como a infertilidade por presença de mercúrio advindo dos garimpos ilegais, o racismo, o fascismo e o machismo. Guajajara conclui que a realidade das mulheres indígenas brasileiras ainda é muito invisibilizada no país. “Essa é uma realidade já comprovada, sobretudo nos estados de Roraima e Pará. Há muita contaminação de mercúrio nas crianças, nas mulheres e está, cada dia mais, prejudicando a saúde, porque é a água que elas bebem, é o peixe que elas comem”, salienta.

Os povos indígenas sofrem também com a escalada do desmatamento. A exemplo do relatório publicado no dia 28 de janeiro deste ano, pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) junto ao Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados (OPI), que mostra a amplitude do problema. O texto revela que, nos três últimos anos de medição do sistema Prodes (Projeto de Análise por Satélite

**“
Bolsonaro
anunciou que,
no seu mandato,
não teria
nenhuma terra
demarcada para
povos indígenas.
Então, ele vem
cumprindo isso
”**

das Terras), o desmatamento na TI Ituna-Itatá, território ainda não demarcado, que possui evidências de presença de povos isolados, representou 84,5% do total, somando 22.076,6 hectares desmatados.

Na resistência aos ataques sofridos pelos povos indígenas, além de Guajajara, estão organizadas mulheres de todos os estados brasileiros. Em 2021, foi criada a



*Sônia Guajajara:
realidade das
mulheres indígenas
brasileiras ainda é
muito invisibilizada
no país*

Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), que deu identidade à luta já anteriormente organizada. Um exemplo de sua atuação é a realização da Marcha das Mulheres Indígenas pelo Brasil, que, desde 2019, vem discutindo os temas emblemáticos mais apontados como relevantes pelas mulheres indígenas.

Guajajara lembra que esteve, em novembro de 2021, na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26), quando formou a maior coligação de mulheres indígenas já vista naquele evento climático, tendo uma participação de relevância em uma agenda com diversas autoridades, a sociedade civil e artistas. Sônia explica que é preciso fazer um processo de escuta, para que juntas possam buscar solucionar os problemas identificados, como é o caso da invasão dos territórios indígenas.

“A participação na política, hoje, é uma das formas de combater toda essa urgência”, explica a ativista. “Temos a Joenia Wapichana, no Congresso Nacional, a primeira mulher indígena no Legislativo, mas queremos aumentar essa pauta”, completa. Ela explica que também existem mulheres atuando em outras frentes de resistência, como é o caso da produção audiovisual, a venda de artesanato e a prática da medicina tradicional.

Crime e Castigo

Não bastasse as perseguições e o total descaso por parte do Governo Federal, o crime organizado também resolveu reivindicar o seu quinhão nas terras indígenas. Uma reportagem publicada, no ano passado, pelo portal UOL denuncia a presença da facção criminosa, que se auto-denomina Primeiro Comando da Capital (PCC), dentro do território ianomami, em Roraima. Os criminosos começaram explorando o garimpo, no rio Uraricoera, e hoje já dominam boa parte das terras onde controlam o tráfico de drogas, a venda de gasolina, de alimentos, de bebidas, a segurança particular e até casas de prostituição.

Em outro canto do Brasil, na madrugada do dia 24 de junho do ano passado, um incêndio destruiu parte da Escola Estadual Indígena Xukurank, a biblioteca e a casa de medicina tradicional da aldeia Barreiro Preto, na Terra Indígena Xakriabá, em São João das Missões (MG). Por sorte, ninguém ficou ferido, mas o golpe incendiou a história daquela nação. “Temos o sentimento de impunidade e insegurança, pois até o momento não tivemos uma resposta clara, por parte da justiça, com relação ao andamento das investigações”, lamenta o líder indígena Jusnei de Souza Santos. “Pedimos mais agilidade e empenho por parte das autoridades, para que não deixe que esse crime caia no esquecimento”, desabafa.

Coincidentemente, o incêndio aconteceu um dia depois de os Xakriabás fecharem a BR-135, entre

São João das Missões e Manga, por cerca de cinco horas, em protesto pacífico contra a aprovação do Projeto de Lei 490/2007, que prevê mudanças no reconhecimento da demarcação das terras e do acesso a povos isolados, que e seria votado na CCJ da Câmara dos Deputados justamente no dia seguinte.

Passado mais de meio ano da tragédia, Jusnei conta que há uma licitação para reconstruir a escola, mas a casa de medicina tradicional será recuperada com o apoio de parceiros, como o Centro Indigenista Missionário (CIMI). “A casa de medicina também tem alcance grande na proteção ambiental, trazendo algumas discussões importantes com relação à proteção do cerrado e uso do território”, explica o missionário Nilton Santos Seixas. “A partir da casa de medicina também há a valorização das sementes crioulas e o benefício das ervas medicinais”, destaca.



Foto: Povo Xakriabá

Combate à desigualdade racial é decisivo na redução da pobreza

A filósofa e educadora Sueli Carneiro defende a importância das cotas e da igualdade econômica para o fim da discriminação

Neste ano, a Lei 12.711 de 2012 – mais conhecida com Lei de Cotas –, será reavaliada. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a presença de negros nas universidades dobrou de 9%, em 2011, para 18%, em 2019. Os números são referentes a estudantes que frequentam o ensino superior, entre 18 e 24 anos.

Segundo Wanderson Pinheiro, advogado do Movimento Negro Unificado, é inegável que o combate ao racismo seja um compromisso de toda a sociedade, mas não se pode negar o papel central do Estado na elaboração de ações afirmativas para o enfrentamento dos desafios. Exemplo disso é o comparativo de rendas mensais em nossa estrutura social: enquanto brancos ganham, em média, R\$ 2.796 mensais, a renda de negros não passa de R\$ 1.608. “Com dados tão discrepantes, manter a política de cotas é fundamental para promover uma sociedade mais igualitária”, afirma o advogado.

O modelo constitucional brasileiro propõe um sistema de discriminação positiva, com o intuito de alcançar a igualdade substancial, que é tratar os desiguais na medida de suas desigualdades. Nessa



Foto: Prostock-studio



esteira, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade da política de cotas, que foi capitaneada pela Universidade de Brasília (UnB). Segundo Pinheiro, nesse julgamento, o STF buscou reverter, no âmbito universitário, o quadro histórico de desigualdade que caracteriza as relações étnico-raciais e sociais no Brasil.

“Assim, surgiu a Lei de Cotas, com a premissa de permitir a superação das desigualdades decorrentes de situações históricas. Todavia, esse marco legal prevê uma revisão única, que ocorrerá na próxima sessão legislativa, em 2022. Fato é que não serão 10 anos de vigência da lei de cotas que irão corrigir 348 anos de tráfico e tortura de pessoas negras relegadas à própria sorte após a abolição”, explicou Wanderson. Para ele, é de suma importância trazer luz aos projetos legislativos que têm sido farol na construção da perspectiva material do princípio constitucional da isonomia.

PL 4656/2020

Paulo Paim (PT-RS)

Propõe reavaliação permanente da Lei de Cotas a cada 10 anos, de modo a aperfeiçoar o sistema de cotas

PL 5384/2020

Maria do Rosário (PT-RS)

Pretende tornar permanente a política de cotas

De acordo com a deputada estadual pelo PSOL-RJ, Dani Monteiro, a universidade é um sonho para a maioria dos jovens negros no Brasil. Com as cotas, o espaço privilegiado de excelência e saber tornou-se acessível. “Foi assim comigo. Na universidade, eu me formei militante e ativista, porque mesmo com o acesso facilitado, é preciso lutar pela permanência, já que a maioria de nós ainda tem de trabalhar enquanto estuda”, pontua.

Para Sueli Carneiro fim da discriminação passa pela política de cotas e pela consequente igualdade econômica

Para a deputada, a estabilidade do aluno negro e pobre no ensino superior segue uma tarefa material e simbolicamente árdua. “Por isso mesmo, a luta pela melhoria do ensino superior público precisa ser uma bandeira de todos nós”, assegura. “Ainda temos uma batalha pela frente, por isso é importante que o assunto esteja sempre em nossas mentes, que as crianças pretas e pobres já sejam habituadas a pensar que, sim, elas têm direito e têm um lugar legítimo a ocupar. Como a educação e a boa formação, a universidade também é para nós”, conclui Dani Monteiro.

Também cotista pela Universidade Católica de Minas Gerais, a vereadora em Contagem pelo PT, Moara Saboia, lembra que a cota faz parte da história de sua família: os irmãos são estudantes cotistas da Universidade Federal de Minas Gerais e os pais se formaram depois dos 60 anos por intermédio, também, das cotas.

Ela diz acreditar que o sistema de cotas é uma grande possibilidade, a abertura de uma porta para os sonhos. “Você não vai escolher o que vai ser para sempre a partir da cor da sua pele. As cotas nos permitiram sonhar com sermos aquilo que exatamente quiséssemos: eu faço engenharia, meus irmãos também, mas a gente poderia ser médico, psicólogo, cientista social, a gente



Foto: Marcus Steinmayer

poderia ser qualquer coisa”, garante a vereadora.

De acordo com a filósofa e educadora Sueli Carneiro, as cotas permitiram que a universidade faça parte do sonho das famílias negras. Para ela, o fim da discriminação passa efetivamente pela política de cotas e pela consequente igualdade econômica. Confira suas ideias na entrevista exclusiva da Revista Matria reproduzida abaixo:

Em 2010, a senhora foi convidada para uma audiência no STF sobre política de acesso ao ensino superior. Defendeu e ressaltou a importância das cotas e da igualdade econômica para o fim da discriminação. De lá para cá, como a senhora enxerga o percurso das cotas no Brasil?

Com as cotas raciais, promovemos a democratização do acesso ao nível universitário e tornamos os

campi universitários num espetáculo inédito de diversidade racial e étnica; elas vêm permitindo ainda a ampliação do horizonte epistemológico em diferentes áreas do conhecimento com as novas perspectivas que os cotistas agregam aos estudos acadêmicos. Como efeito positivo adicional, é o fato de as cotas para negros nas universidades terem colocado a universidade no imaginário das famílias negras. Fazer uma faculdade não era uma ambição da minha geração; é ambição das atuais. E, por fim, as cotas raciais retiraram os racistas do “armário” e os obrigaram a sair em defesa dos privilégios que sempre desfrutaram no acesso às vagas das universidades públicas no Brasil.

Como a senhora vê a relação entre escravidão, o racismo e a atual onda de autoritarismo que vivenciamos no país?

Não se passa impunemente por quase 400 anos de escravidão, sucedida por uma abolição inconclusa, que não previu nenhuma estratégia de inclusão dos ex-escravizados à sociedade brasileira, mas que ao contrário foram considerados estoques populacionais indesejáveis no novo país que seria forjado pela República. Por isso, sob a influência do “racismo científico”, ideologia corrente à época, essas populações deveriam ser substituídas por imigrantes europeus, para criar um novo povo e embranquecer o país. As ideias de superioridade e inferioridade racial, propagadas pelo “racismo científico” sobre a diversidade humana, impactaram e permanecem impactando a sociedade brasileira, por mais falaciosas que sejam, como já foi amplamente demonstrado pelas ciências contemporâneas.

Um dos argumentos que sustentam a negação da aplicação das cotas é que ela não focaria na questão estrutural da desigualdade, que seria a pobreza. Como a senhora enxerga esse argumento?

Considero esse um argumento que está a serviço da postergação no enfrentamento do problema. Defende-se a luta para garantir uma escola pública universal, gratuita e de boa qualidade, como se isso não tenha sido uma prioridade na luta dos negros desde a abolição; basta assinalar que era a principal reivindicação da Frente Negra Brasileira na década de 1930. Os que se aferram a esse argumento entendem, a meu ver, que enquanto a escola pública de qualidade não vem, os negros devem

esperar, de preferência “bem quietinhos”, pois a reivindicação de cotas raciais não seria suficientemente transformadora segundo alguns dos seus críticos.

Portanto, a defesa da escola pública de qualidade, velha reivindicação das classes populares, entra na retórica das classes média e alta como remédio para impedir que os excluídos do direito ao conhecimento de qualidade conspurquem com o seu “baixo nível” o reduto de reprodução das elites em que se constituem as universidades públicas por elas privatizadas.

Por outro lado, em diferentes estudos, sobretudo os realizados pelo IPEA, se demonstrou que o problema da pobreza no Brasil não resulta de falta de recursos, mas sim de um alto grau de desigualdade. A segunda constatação é que as políticas universalistas não têm sido capazes de reduzir as desigualdades. A terceira é que o combate à desigualdade tem impacto superior sobre a redução da pobreza do que via crescimento econômico. É mais rápido e mais barato.

Segundo a socióloga Márcia Lima, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base na Pnad-2007, realizou projeções para a diminuição da desigualdade racial e apontou que seria necessário manter o mesmo ritmo de queda durante, ao menos, quarenta anos para que se consolidasse uma sociedade racialmente mais igualitária. Mas os opositores das cotas passam, intencionalmente, ao largo dessas evidências.



Há 20 anos

A mesma Sueli Carneiro já defendia o tema em 2003, na primeira edição de *Mátria*. Na matéria “Desenvolvimento social exclui população negra”, a filósofa e educadora alertava para a necessidade de políticas públicas inclusivas: “Para que as políticas públicas sejam promotoras da igualdade de direitos, é preciso reconhecer a desvantagem estrutural da mulher negra e focalizar os segmentos mais específicos”, disse a recém-empossada como representante dos movimentos de mulheres negras no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), fórum de assessoramento direto ao presidente da República, formado por representantes da sociedade civil para proposição de medidas que estimulem o crescimento econômico, o desenvolvimento e a equidade social do país. O CDES foi extinto por Bolsonaro, em março de 2019.



Karin Cristina da Silva

Relações Públicas, mestra em Comunicação e agora doutoranda pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisa games e o ativismo de mulheres gamers nas redes sociais digitais. Também é colunista de *games* e cultura pop no site Delirium Nerd.

Mulheres *gamers* e a jornada para criar o seu próprio espaço

A primeira vista, o mundo gamer parece ser pouco ocupado por mulheres. Elas são apenas 17% do mercado produtor de games, de acordo com o II Censo da Indústria Brasileira de Jogos Digitais (2018). No entanto, são também 51,5% do público consumidor, segundo a Pesquisa Game Brasil (2021). Fica a sensação de que mulheres podem até orbitar neste espaço, mas nunca protagonizar essa história.

Assim como em outros setores do mundo do entretenimento, bem como em diversas outras áreas, papéis sociais de gênero forçam a inclusão ou exclusão de mulheres em determinados cenários. Mas esses cenários “não destinados” às mulheres são ocupados, mesmo que com a resistência daqueles que se consideram seus naturais e verdadeiros ocupantes.

Segundo Butler (2003), as questões sobre as identidades de gênero avançam para além de entender se são decorrentes de sua origem, a partir do sexo biológico, ou de suas causas, a partir de construções sociais. Para a autora, a definição do gênero é pré-discursiva, efeito de políticas de instituições, práticas e discursos que são, em sua origem, múltiplos e difusos.

Dentro dessa estrutura, a construção do sujeito feminino é organizada segundo um sistema de dominação, onde o masculino é considerado o padrão. Ao se referir ao *gamer*, por exemplo, logo vem à mente todo um imaginário coletivo sobre meninos e homens que jogam *videogame*. Tanto é verdade que ainda parece

necessário inserir a palavra “mulher” antes da palavra “*gamer*”, diferenciando o gênero.

Apesar disso, elas estão aí. Se hoje há mudanças palpáveis é porque mulheres têm atuado para subverter os estereótipos que, ao longo dos anos, contribuíram para definir que espaços elas podem ou não ocupar. Antes, a indústria de *games* se dedicava a construir uma identidade feminina que atraísse um público majoritariamente constituído por homens; hoje, busca reformular essa identidade a fim de acompanhar as mudanças de um público consumidor cada vez mais feminino.

Em 2013, já era possível vislumbrar um progresso. Fortim e Monteiro (2013, p.249) afirmaram que as personagens femininas dos *games* possuíam novas atribuições que “retratam uma imagem feminina forte e independente, em consonância com as conquistas da mulher na sociedade ao longo do tempo e podem ser indicativos do reconhecimento da parcela feminina consumidora de *videogames*”.

Para fazer coro a essa tendência, Silva (2019) traz a evolução da personagem *Lara Croft*, da franquia *Tomb Raider*, ao longo de mais de duas décadas de existência. Apesar de ter sido extremamente sexualizada e objetificada, a mudança para uma protagonista mais complexa e menos sensual, com representação física mais condizente com a realidade, é um marco. Da mesma forma, outros *games* trouxeram a possibilidade da construção de protagonistas femininas que

fujam de diversos estereótipos, como Aloy, de *Horizon*, ou Ellie e Abby, da franquia *The Last of Us*.

Neste contexto, onde mulheres são vistas como *outsiders*, reflexo de uma exclusão “natural”, também nasce um desejo de validar a sua existência e o seu espaço. Um caminho é a organização em prol de um cenário mais inclusivo e menos tóxico, a partir de diversas estratégias para lidar com essa resistência masculina, tão arraigada.

Há grupos expressivos que fomentam mais inclusão por meio da capacitação de desenvolvedoras de *games*, jogadoras profissionais de e-sports e também de streamers. Mas elas vão além. A *Women Up Games*, por exemplo, trouxe a campanha #MyGameMyName para o Brasil, em 2018, e convidava a comunidade *gamer* a refletir sobre o assédio e a violência sofrida por meninas e mulheres nesse nicho (SILVA, 2021).

Outro exemplo apontado por Silva é a Sakuras Esports, uma organização muito engajada na capacitação daquelas que têm o

sonho de trabalhar com *games*, mas que também promove a formação de pensamento crítico a partir da produção de conteúdo sobre a história das mulheres *gamers* ou casos de violência que tomam grande repercussão neste nicho – e por vezes fora dele.

A organização de campeonatos femininos também é um ponto forte nesse processo de emancipação. É um recado para o cenário que, durante muito tempo, nunca pensou na possibilidade de meninas e mulheres desejarem competir profissionalmente. Em 2020, por exemplo, foi anunciada a criação de uma liga-feminina de *Counter Strike: Global Offensive*, a *CS:GO Grrrls League*. Para além do inequívoco, chama a atenção o valor da premiação, que totaliza R\$200 mil – é a maior do país e a quarta do mundo¹.

Além de fazer história jogando profissionalmente, mulheres também ocupam outras posições em campeonatos: hoje, elas são *hostess*, narradoras e comentaristas. No jogo *Valorant*, um dos mais aclamados do

momento, existe a iniciativa *Game Changers*², que visa criar novas oportunidades e promover um espaço competitivo mais inclusivo.

Para além destes grandes eventos patrocinados por desenvolvedoras de *games* já consolidados, ou de grandes empresas envolvidas no mercado, esse movimento para mudar o cenário não existiria se não fossem elas, as *gamers*. A união em prol de um lugar seguro para a diversidade é a principal engrenagem nessa estrutura que está, cada vez mais, acolhendo mulheres e também outras minorias históricas.

Não que elas não estivessem aí, jogando, mas agora podem dizer que são *gamers*, que existem, que jogam e produzem jogos. Que falam com propriedade sobre o assunto, não apenas sobre as violências que sofrem. Mas, dessa vez, sem medo do assédio e da represália por ousar fazer parte de um mundo que era destinado apenas para meninos e homens. Hoje, mais do que nunca, elas podem ser o que são: *gamers*.

1 Disponível em: <https://ge.globo.com/esports/csgo/noticia/csgo-game-xp-anuncia-liga-feminina-com-premiacao-de-r-200-mil.ghtml>

2 Disponível em: <https://playvalorant.com/pt-br/news/esports/valorant-game-changers/>

- BUTLER, J. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FORTIM, I.; MONTEIRO, L. F. Representações da figura feminina nos Videogames: A visão das jogadoras. In: XII Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital (SBGames), 2013, São Paulo. SBC ? Proceedings of SBGames 2013, p. 246-249. Disponível em: <http://www.sbgames.org/sbgames2013/proceedings/cultura/Culture-2_Short.pdf>.
- PESQUISA Game Brasil 2021. Disponível em: <<https://www.pesquisagamebrasil.com.br/>>.
- SAKUDA, L. O.; FORTIM, I. (Orgs.). II Censo da Indústria Brasileira de Jogos Digitais. Ministério da Cultura: Brasília, 2018.
- SILVA, K. C. Lara Croft e a evolução da representação feminina: dos jogos eletrônicos ao cinema. In: 8º Seminário Nacional Cinema em Perspectiva, 2019, Curitiba. Anais de artigos completos do 8º Seminário Nacional Cinema em Perspectiva e XII Semana Acadêmica de Cinema. Curitiba, 2019. p. 599-611.
- SILVA, K. C. Gamer, substantivo feminino: as expressões do net-ativismo de mulheres gamers em redes sociais digitais. Dissertação (Mestrado em Comunicação). 132f. Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Curitiba, PR, 2021. Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Eduardo Botelho Francisco.

Transempregos: mudando a vida e a perspectiva de pessoas trans e empresas



Desde 2013 a plataforma Transempregos vem mudando a vida de pessoas transgênero no Brasil. O projeto começou com a busca por melhoria no acesso e na formação educacional desse público. Foi assim que Maite Schneider, Laerte Coutinho, Márcia Rocha e Letícia Lanz fundaram a Associação Brasileira de Transgêneros (ABRAT) com enfoque na promoção da educação e informação. O projeto cresceu e, em 2013, as fundadoras perceberam que o entrave para inclusão dessas pessoas não se tratava apenas de uma carência educacional. “No primeiro levantamento que fizemos, chegamos ao número de que 40% dos currículos que recebemos tinham nível

superior e 30% tinham ensino médio e/ou curso técnico. E esse índice se mantém até hoje”, afirma Márcia Rocha, advogada, empresária e coordenadora da Transempregos.

Uma das pessoas que tiveram a vida mudada pela Transempregos foi a Amanda Matricardi, administradora de 26 anos. Ela contou que já tinha passado por diversas experiências de entrevistas de emprego nas quais tinha todos os requisitos e habilidades, sabia que era capaz de assumir a vaga, mas nunca era chamada. Em 2017, ela conheceu a plataforma, viu uma vaga de estágio e conseguiu o emprego. Hoje, formada, cursando pós-graduação, é analista de atendimento ao cliente em uma multinacional da indústria química. “Nunca pensei que um projeto fosse mudar tanto a minha vida. Nos empregos que tive, por meio da Transempregos, sempre fui muito bem recebida e respeitada. Não tenho do que reclamar”, celebra Amanda.

Para a administradora, o trabalho de parceria entre a Transempregos e as empresas proporciona às pessoas trans serem muito bem recebidas nos locais de trabalho. “Já tive empregos sem a ajuda da plataforma e passei alguns sufocos. Já nas experiências com eles, sempre fui recebida por pessoas receptivas, que foram muito importantes para a Amanda que sou hoje. Elas me apoiaram e deram segurança. Só tenho a agradecer”, comemora. Ela faz parte do universo de cerca de 24 mil pessoas que utilizam a plataforma, a qual teve um aumento de 315% entre 2020 e 2021. Nesse período, 707 profissionais trans conseguiram emprego. “Vale lembrar que estes são os que as empresas nos dão *feedback*. Somos três pessoas tocando tudo, não conseguimos falar com todos que nos procuram. Devemos ter mais empregades por aí”, explica Márcia Rocha.

Márcia Rocha:
plataforma
Transempregos conta
com 715 empresas
parceiras, sendo
111 trans friendly



Foto: Arquivo pessoal

“
Só entre 2020 e
2021 foram mais
de 700 pessoas
trans empregadas
em todo o país
”



Foto: Arquivo pessoal

Amanda Matricardi: acolhida e respeito da empresa contratante via plataforma, surpreenderam jovem trans

Para buscar colocação profissional a Transempregos conta com 715 empresas parceiras, sendo 111 chamadas de *Trans Friendly*, que são empresas que abrem todas as suas oportunidades e filtros de seleção para atração de talentos sem discriminações ou vieses inconscientes.

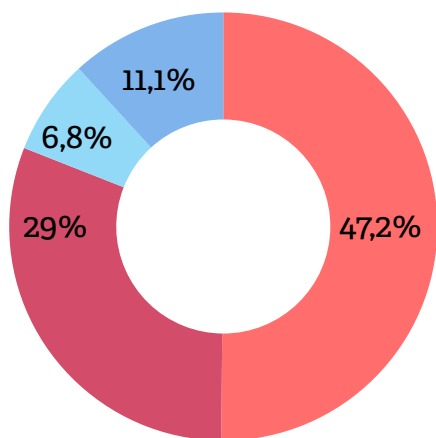
Neste contexto, a pandemia da Covid-19, apesar de ter causado prejuízos aos mais vulneráveis, acabou criando novas oportunidades de mercado com o trabalho remoto. “Com a possibilidade de trabalho à distância e muitos afastamentos, as empresas se abriram e conseguimos muitas vagas para o público transgênero”, comemora Márcia Rocha. Segundo ela, um dos setores que mais empregam é o de telemarketing, por não exigir que a interação seja presencial, ainda um resquício de preconceito. “Mas temos tido cada vez mais vagas no varejo e na área de tecnologia”, revela a coordenadora do projeto.

Os números mostram que a ideia de as pessoas trans não terem

acesso à educação é um mito. “Existe dificuldade de estudo? Sim, mas nem sempre. Hoje as famílias têm aceitado. Temos legislação para nome social, banheiro... As escolas vêm se adaptando para abraçar as pessoas LGBTQIA+”, conta Márcia Rocha. Segundo ela, também existem aqueles que sempre tiveram apoio da família ou os que permaneceram sem se assumir até terminar a faculdade ou conseguir um bom emprego. “Temos pessoas que se assumiram depois de serem sócias e diretoras de grandes empresas. Eu mesma me assumi quando já era empresária e advogada”, revela.

“Existe a história de sucesso, mas não se vê muito. O que mais se vê e fala são as travestis, principalmente, em extrema vulnerabilidade”, revela a coordenadora. “Por isso, grande maioria do senso comum pensa assim. Mas não é. Homens trans não estão na prostituição, por exemplo. Não dá para generalizar”, afirma.

Por perfil



Fonte: Transempregos

● Homens trans ● Mulheres trans
● Travestis ● Pessoas não binárias

Passado e futuro

Há 20 anos, quando a Revista *Mátria* começou a ser editada, os direitos das pessoas LGBTQIA+ basicamente não existiam. “Há 15 anos, quando entrei no ativismo, não existia nada. Nenhum direito. Não tinha cirurgia no SUS para homens trans. Tinha algo experimental para mulheres trans. Não atendiam travestis”, relembra Márcia. “De lá para cá, conquistamos vários direitos. Basicamente, nos últimos 10 anos. Tudo muito recente, mas conquistamos muito. Somos um dos países do mundo com mais direitos para LGBTQIA+”, salienta.

Para ela o pensamento brasileiro tem mudado e evoluído, mas ainda é insuficiente. “Ainda é muito difícil! Moro

em São Paulo e, aqui, temos a sensação de um grande avanço, mas ainda assim temos muito preconceito, desinformação e ignorância”, lamenta a coordenadora da Transempregos. Segundo ela, o avanço tem acontecido graças a novelas, filmes e livros que têm se popularizado, além das palestras que o Movimento LGBTQIA+ faz por todo o Brasil. “Mesmo assim, ainda estamos muito longe do ideal”, diz.

Depois de passar por apertos e boas experiências a jovem Amanda

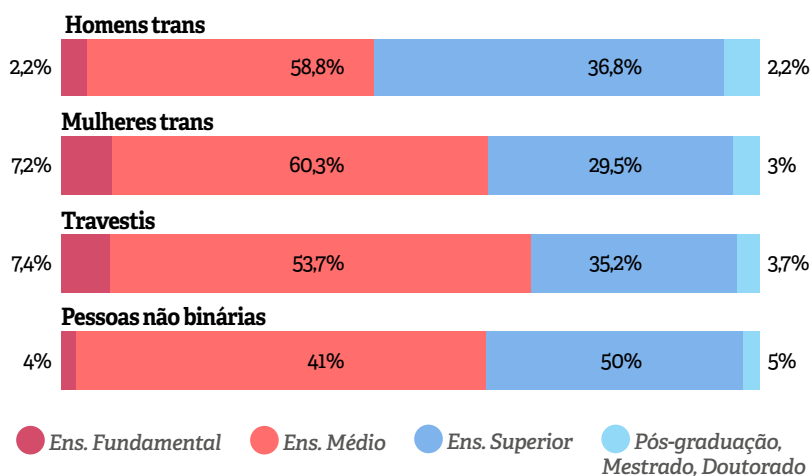
recomenda persistência e resiliência. “Não é fácil. É muito difícil. Temos que lutar pelos sonhos e objetivos”, avisa. Para ela, a formação acadêmica é um referencial muito importante. “Nem todo mundo consegue. Nem todos tem condição financeira e tempo, mas é preciso tentar.” Ela conta que, quando chegou sua vez, fez Enem e buscou o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para pagar a facul-

trás, isso deve se manter e avançar, melhorar ainda mais. Mas não dá para ter certeza. Mas, acredito que vai ter melhora no mercado para as pessoas trans”, profetiza a coordenadora do projeto.

Mas o que falta para sermos mais inclusivos? “Minha luta é para mudar a forma como a sociedade nos vê. Não temos escolha. Ninguém escolhe ser assim”, explica Márcia Rocha. “A única escolha é contar

ou não. E não contar implica em graves problemas de identidade, psicológicos. Muita gente não consegue simplesmente não contar. Então, é muito difícil ser trans. Não é fácil. O mundo não entende. As pessoas não compreendem. Não há escolha

Por escolaridade



Fonte: Transempregos

dade. “Ainda busco por bolsas de estudo. É a forma que temos para buscar capacitação. É preciso buscar meios porque hoje temos vagas para ocupar com a Transempregos”, lembra a administradora.

Para o futuro, Márcia diz se basear no que vem acontecendo desde o início da plataforma. “De 2013 para cá houve muito avanço no número de empresas parceiras e vagas disponibilizadas. E, com isso, as contratações tiveram aumento muito grande. Então, olhando para

no desejo. A gente gosta do que a gente gosta. A gente sente atração pelo que sente atração e a gente se sente como a gente se sente. Então, a grande questão das pessoas trans é poder ser quem é. E o mundo precisa aprender”, desabafa.

Para ela, é necessário que o mundo entenda que pessoas trans são iguais às outras. “Tento fazer com que as pessoas entendam que queremos só viver, trabalhar, amar, ter família, fazer compras. Viver como qualquer outra pessoa”, finaliza.

Txai Suruí é a primeira indígena a discursar na abertura de uma conferência do clima ►

Aos 24 anos, a brasileira Txai Suruí brilhou na COP 26 em Glasgow. Primeira indígena a discursar na abertura de uma conferência do clima, a jovem cobrou rapidez no enfrentamento das mudanças climáticas.

Filha do cacique Almir Suruí e de Neidinha Suruí, chamou a atenção do mundo ao lembrar que os povos originários são os que mais sofrem com o aquecimento global. “Os povos indígenas estão na linha de frente da emergência climática. Por isso devemos estar no centro das decisões que acontecem aqui”, reforçou.



Foto: Ana Pessoa/Midia Ninja/CopCollab25



◀ Rede Feminista De Saúde lança dossiê em homenagem aos 30 anos da organização

A publicação resgata a trajetória da Rede Feminista de Saúde e da luta pelos direitos e pela saúde das meninas e das mulheres no Brasil e na América Latina nos últimos 30 anos. Saúde materna, humanização do parto, aborto, saúde das mulheres negras e saúde das mulheres vivendo com HIV/aids são alguns dos temas do dossiê. Acesse a versão online do material no site: www.redesaude.org.br.

Barbie presta homenagem às cientistas que atuaram na linha de frente da pandemia ►

A linha de cientistas da Barbie [bonecas da Mattel] homenageia seis mulheres consideradas heroínas da pandemia. A biomédica brasileira Jaqueline Goes, que participou do sequenciamento do genoma do coronavírus, foi uma das escolhidas. Além dela, foram homenageadas a enfermeira Amy O'sullivan e a médica Audrey Cruz, dos Estados Unidos; a psiquiatra canadense Chika Stacy Oriuwa; a professora de vacinologia Sarah Gilbert, do Reino Unido; e a médica australiana Kirby White.



Imagem: Divulgação/Mattel



◀ Cotista Ana Gabryele é selecionada bolsista do Programa Marie Curie

A estudante de física médica na Universidade de São Paulo (USP), Ana Gabryele Moreia, se tornou a primeira mulher negra brasileira a receber a bolsa do Programa Marie Curie da Agência Internacional de Energia Atômica, ligada à Organização das Nações Unidas (ONU). Primeira pessoa da família a ingressar na universidade pública graças ao sistema de cotas, Gabryele foi premiada pela pesquisa “Estudo do perfil sociocultural de mulheres que atuam em um instituto nuclear brasileiro”, feita por ela em conjunto com Priscila Rodrigues, Karoline Suzart e Nelida Mastro.

Sugestões de leitura

HISTÓRIAS DE MORTE MATADA CONTADAS FEITO MORTE MORRIDA (DROPS EDITORA, 2021)

As narrativas de feminicídio na imprensa brasileira são analisadas pelas jornalistas Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues. Quanto mais vulnerável é a vítima, menos respeito a seus direitos e à sua história, e isso se reflete na cobertura da imprensa.

TUDO SOBRE O AMOR (ELEFANTE EDITORA, 2021)

A escritora e ativista bell hooks defende que o amor é mais do que um sentimento - é uma ação capaz de transformar o niilismo, a ganância e a obsessão pelo poder que dominam nossa cultura. uma sociedade verdadeiramente igualitária, fundamentada na justiça e no compromisso com o bem-estar coletivo.

O GUARDA-ROUPA MODERNISTA (COMPANHIA DAS LETRAS, 2022)

A professora e pesquisadora Carolina Casarin revela como os ideais modernistas e as contradições do movimento podem ser compreendidos a partir da escolha das roupas de Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade.

Séries

MAID (EUA/2021)

Criada por Molly Smith Metzler, a série apresenta a vida de Alex, uma jovem que resolve sair de casa para se livrar do relacionamento abusivo com Sean, pai de sua filha. A história mostra a força e as vulnerabilidades de Alex em busca de uma vida digna para si e sua filha, apesar da falta de apoio da família e da sociedade.

MANHÃS DE SETEMBRO (BRASIL/2021)

Série criada por Josefina Trotta, Alice Marcone e Marcelo Montenegro conta a história de Cassandra, mulher trans que trabalha como motogirl e cantora em São Paulo. Quando ela começa a conquistar estabilidade, sua ex-namorada Leide reaparece com um menino, Gersinho, que diz ser seu filho.

Curta-metragem

TWO DISTANT STRANGERS (EUA/2020)

Curta-metragem dirigido por Free e Martin Desmond Roe que retrata as mortes de negros americanos durante encontros com a polícia através dos olhos de um personagem preso em um loop temporal que continua terminando em sua morte. Obra ganhou o prêmio de Melhor Curta-Metragem em Live Action no 93º Oscar.

Documentário

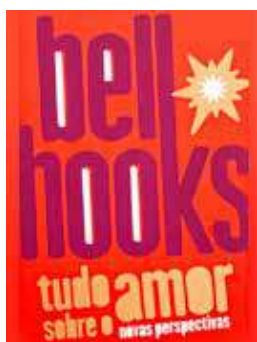
FEMINICÍDIO: MINHA LIBERDADE É MINHA MÃE (BRASIL, 2021)

Perder a mãe vítima de um crime bárbaro é terrível. E quando o autor do crime é seu próprio pai? Documentário de Sara Stopazzoli conta a história de Larissa Paixão, cuja mãe, Valdicea Paixão, foi assassinada em 2017 pelo homem com quem era casada há 20 anos.

Filme

NÃO OLHE PARA CIMA (EUA/2021)

Dois astrônomos descobrem um cometa mortal vindo em direção à Terra e partem em um tour midiático para alertar a humanidade. Só que ninguém parece dar muita bola. Direção: Adam McKay.



- 1.** Incentive seus alunos a fazerem questionamentos sobre textos, músicas e programas de televisão. Onde eles percebem a presença do machismo, preconceito, misoginia e sexismo?
- 2.** Peça aos estudantes que façam uma pesquisa sobre mulheres cientistas no Brasil e no mundo e quais descobertas as destacaram.
- 3.** Desenvolva oficinas e grupos de estudo para falar sobre direitos das mulheres. Convide ativistas da sua cidade para uma roda de conversa.
- 4.** Promova um debate: Como podemos divulgar e alertar a comunidade sobre os perigos dos pesticidas?
- 5.** Incentive a produção de trabalhos com ilustrações que divulguem dados sobre os perigos dos agrotóxicos
- 6.** Peça uma pesquisa sobre a importância das vacinas na prevenção de doenças e na saúde pública no século passado e que analisem o contexto atual onde há uma onda contra a vacinação.
- 7.** Por que as mulheres têm dificuldade em denunciar casos de violência? Incentive a produção de trabalhos audiovisuais com entrevistas de especialistas.
- 8.** Solicite aos alunos uma pesquisa sobre os tipos de violência que as mulheres estão sujeitas e a estatística de casos na sua cidade.
- 9.** Promova um debate: por que os indígenas têm que lutar para garantir a demarcação de suas terras e preservar sua cultura? Convide uma liderança indígena para uma roda de conversa na sua escola.
- 10.** Peça aos alunos uma pesquisa sobre quantas mulheres estão em cargos políticos no seu município ou estado. Leve a turma para assistir a uma sessão da Assembleia Legislativa do seu município.

Diretoria Executiva da CNTE
Gestão 2022/2026

PRESIDENTE

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (PE)

VICE-PRESIDENTA

Marlei Fernandes de Carvalho (PR)

SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Rosilene Corrêa Lima (DF)

SECRETÁRIA GERAL

Fátima Aparecida da Silva (MS)

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Roberto Franklin de Leão (SP)

SECRETÁRIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Guelda Cristina de Oliveira Andrade (MT)

SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Luís Carlos Vieira (SC)

SECRETÁRIO DE POLÍTICA SINDICAL

Alessandro Souza Carvalho (CE)

SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO

Marta Vanelli (SC)

SECRETÁRIA DE ORGANIZAÇÃO

Marilda de Abreu Araújo (MG)

SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Ivonete Alves Cruz Almeida (SE)

SECRETÁRIA DE RELAÇÕES DE GÊNERO

Berenice D'Arc Jacinto (DF)

SECRETÁRIO DE APOSENTADOS E ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

Sergio Antônio Kumpfer (RS)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E LEGISLATIVOS

Gabriel Magno Pereira Cruz (DF)

SECRETÁRIA DE SAÚDE DOS(AS)

TRABALHADORES(AS) EM EDUCAÇÃO

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Cleiton Gomes da Silva (SP)

SECRETÁRIO DE DIREITOS HUMANOS

José Christovam de Mendonça Filho (ES)

SECRETÁRIO DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

José Carlos Bueno do Prado (SP)

SECRETÁRIA DE COMBATE AO RACISMO

Iêda Leal de Souza (GO)

SECRETARIA EXECUTIVA

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

Mario Sergio Ferreira de Souza (PR)

Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)

Carlos de Lima Furtado (TO)

Kátia Cilene de Mendonça Almeida (AP)

Guilherme Mateus Bourscheid (RS)

Giylene Lázaro da Silva (AL)

José Valdivino de Moraes (PR)

Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR)

Valéria Conceição da Silva (PE)

Raimundo Nonato Costa Oliveira (MA)

COORDENADOR DO DESPE

Mario Sergio Ferreira de Souza (APP/PR)

COORDENADOR DO COLETIVO DA JUVENTUDE

Valdeir Pereira (SINTEP/MT)

DIRETORIA EXECUTIVA ADJUNTA

Marco Antonio Soares (SP)

Ronildo Oliveira do Nascimento (PE)

Doris Regina Acosta Nogueira (RS)

Soraya Maria Cordeiro de Sousa (PB)

Maria Eduarda Quiroga Pereira Fernandes (RJ)

Luiz Fernando de Souza Oliveira (MG)

Sueli Veiga Melo (MS)

Claudio Antunes Correia (DF)

Alex Santos Saratt (RS)

Amarildo Silveira Pereira (MA)

Edson Rodrigues Garcia (RS)

Ionaldo Tomaz da Silva (RN)

Nelson Luiz Gimenes Galvão (SP)

CONSELHO FISCAL - TITULAR

Ivanéia de Souza Alves (AP)

Ornildo Roberto de Souza (RR)

Arnaldo Bruno Lopes Vidal (RN)

Maria Leônia Gomes de Lima (PB)

Iara Gutierrez Cuelar (MS)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Joseilda Vicente Lima Barboza (PE)

Maria Léa Lima de Almeida (PI)

Fábio Henrique Oliveira Matos(PI)

A Carne

Intérprete : Elza Soares

Composição: Seu Jorge / Marcelo Yuka / Ulisses Cappelette)

A carne mais barata do mercado
É a carne negra
Tá ligado que não é fácil, né, mano?
Se liga aí

A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Só-só cego não vê

Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
E vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Dizem por aí

A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que fez e faz história
Segurando esse país no braço, meu irmão
O cabra que não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador eleito

Mas muito bem intencionado
E esse país vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas mesmo assim ainda guarda o direito

De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito (Pode acreditar)

De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar, brigar, brigar
Se liga aí

A carne mais barata do mercado é a carne negra
Na cara dura, só cego que não vê
A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra
Na cara dura, só cego que não vê
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Tá, tá ligado que não é fácil, né, né mano

Negra, negra
Carne negra
É mano, pode acreditar
A carne negra